

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Processo Administrativo nº. 055/2018

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

PREÂMBULO

ELIANA MARIA RORATO MANSO, Prefeita da cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais, torna público que **às 09h00mm do dia 19 de abril de 2018**, no prédio da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº 329 - Centro será realizada a sessão de abertura da licitação pública na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018**, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", pelo **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** cujo objeto trata-se da Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital). O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº, Lei Federal nº 8.666, de 26 de Maio 1.993, e demais legislações aplicáveis à espécie.

A Sessão será conduzida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações do município de Ribeirão do Sul, designada para o Exercício de 2018, e realizar-se-á na data e horário abaixo, na sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº329 centro Ribeirão do Sul/SP.

A entrega dos documentos de credenciamento, Envelopes: Proposta de Preços e Habilitação, se dará até as 09h00min do dia 19 de abril de 2018, e a sessão de abertura dos envelopes se iniciará nesta mesma data às 09h05min.

O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados na Secretaria da Administração de segunda a sexta (em dias de expediente), das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº 329 centro Ribeirão do Sul/SP ou por meio do endereço eletrônico www.ribeiraodosul.sp.gov.br.

Os esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos no mencionado Departamento, em horário comercial.

Será permitida a retirada de um único exemplar deste Edital, por licitante.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação as empresas do ramo que preencherem os requisitos exigidos na "HABILITAÇÃO" e que estiverem CADASTRADAS na Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, até o dia 17 de maio de 2018.



2.1.1. A inscrição no CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES poderá ser feita na Secretaria da administração Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, no endereço supra, mediante requerimento acompanhado dos documentos constantes do ANEXO III deste Edital.

a) Não serão aceitos registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

b) O presente registro cadastral servirá única e exclusivamente a este certame.

2.2. Não será permitida a participação de empresas:

2.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração, e com a administração pública nos termos do inciso III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

2.2.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

2.2.5. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98.

2.2.6. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

2.3. QUANTO A PARTICIPAÇÃO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI):

2.3.1. Para a participação na condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI) a licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação (ENVELOPE 1), os seguintes documentos.

a. SE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço www.portaldoeempreendedor.gov.brna forma que prescreve o art. 3º, IX, da Resolução nº 16/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM (se MEI).

b. SE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP):

b.1. Certidão simplificada da Junta Comercial atestando a qualidade de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP; **e**

b.2. Declaração de microempresa ou Empresa de pequeno porte, que deverá ser feita de acordo com o modelo abaixo, SUBSCRITA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, E POR SEU CONTADOR (devendo ambas assinaturas ser reconhecidas por tabelião). (modelo abaixo).

¹Art. 3º O processo de registro, alteração, baixa e legalização do MEI observará as disposições da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, da Lei n. 12. 470, de 01 de setembro de 2011, da Lei Complementar n. 139, de 11 de novembro de 2011, assim como as seguintes diretrizes específicas: (...)

IX - disponibilizar ao empreendedor, para impressão, via eletrônica do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar suas inscrições, alvarás, licenças e sua situação de enquadramento na condição de Microempreendedor Individual perante terceiros, ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço [http:// www. portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br).

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

..... (local), em de de 2018

A empresa (nome), inscrita no CNPJ sob nº , sediada na Rua....., nº , bairro , cidade , estado de , por seu representante legal(nome completo), RG nº ,e do CPF nº. , **DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que se enquadra como (...) microempresa (...) empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como que não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direitos previstos na supracitada legislação, no procedimento licitatório modalidade Tomada de Preços nº 01/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul/SP.

Por ser verdade firmo a presente.

.....
Assinatura do representante legal

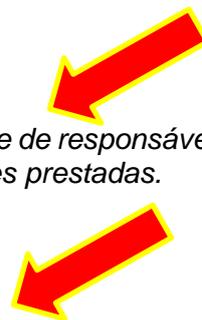
Por ser a Declaração acima verdadeira, na qualidade de responsável pela contabilidade da empresa, corroboro as informações prestadas.

Por ser verdade firmo a presente.

.....
Assinatura do Contador da Empresa

Nome do Contador da empresa:

Nº do CRC/ do Contador



3. DA REPRESENTAÇÃO NA SESSÃO.

3.1. As licitantes, por seus representantes legais ou nomeados, poderão estar presentes na Sessão de Abertura dos Envelopes, devendo apresentar o que segue:

3.1.1. Quanto aos representantes:

3.1.1.1. Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.1.1.2. Tratando-se de **Procurador** instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas **acompanhado de instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para representar a empresa nos autos, em especial para interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**

3.1.1.2.1. No caso de instrumento particular obrigatoriamente a **FIRMA DO OUTORGANTE DEVERÁ SER RECONHECIDA POR TABELIÃO.**



3.1.2. O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

3.1.2.1. Serão considerados documentos de identidade os seguintes: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

3.2. Transposto o horário para a entrega dos envelopes da licitação, não serão admitidos eventuais licitantes retardatários.

3.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.4. A não participação de representante na sessão ou incorreção dos documentos dos representantes não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o "representante" de manifestar-se ou responder pela proponente, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

3.5. A inexistência de representante legal na sessão não impedirá a participação da licitante no certame desde que os envelopes da empresa estejam protocolados no prazo legal na Secretaria da administração, entretanto implicará na aceitação tácita dos atos e decisões praticadas pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Sessão para o recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços dos proponentes, será pública, dirigida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações e realizada de acordo com a legislação que rege a matéria e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicados no preâmbulo.

4.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para a prática dos atos necessários ao bom andamento do certame, conforme anteriormente disposto neste edital.

4.3. Encerrada a fase de credenciamento, e declarada à abertura da sessão, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, a documentação de habilitação e a proposta de preço, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL – SP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2018.
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018.
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:

ENVELOPE 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL – SP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2018.
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018.
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:

4.4. Proceder-se-á, em seguida, à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação, que serão conferidas e rubricadas.

4.4.1. Caso o envelope com a indicação externa "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

4.5. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

4.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor desta administração (membro da Comissão Permanente de Licitação).

4.6.1. A autenticação quando feita por membro da Comissão Permanente de Licitação será efetuada em horário de expediente, até as 16h00min do último dia útil (18/04/2018) que antecede a realização da Licitação.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

5.1. Para a habilitação todas licitantes, inclusive as microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores, deverão apresentar a Documentação Completa, em envelope opaco, lacrado e rubricado no fecho, na seguinte conformidade:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1.1. Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

- a) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- b) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual, à apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br.

5.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

5.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Previdência Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal, modelo que já contemple também a regularidade das contribuições sociais – Modelo expedido com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751 de 02/10/2014. **(CND-Federal)**.

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei. **(CND-Estadual)**.

5.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débitos Mobiliários**. **(CND-Municipal Mobiliária)**.

5.1.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débitos Imobiliários (CND-Municipal)** ou Certidão do domicílio ou sede da licitante, atestando que não existem imóveis cadastrados em nome da licitante.

5.1.2.7. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF-FGTS)**.

5.1.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

5.1.2.9. Cartão de Inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul **(CADASTRO)**. **(documentos e prazo constante no ANEXO III)**.

5.1.3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL PELAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

5.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e os micros empreendedores, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.1.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.3.2. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará na decadência do direito à contratação, (sem

prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da lei federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da contratação), procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retornar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.

5.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1.4.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.1.4.2. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.1.4.2.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

5.1.4.2. BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

5.1.4.2.1 O Balanço Patrimonial (BP) deverá ser obrigatoriamente firmado por Contador. O licitante deve apresentar o BP com os Termos de Abertura e de Encerramento extraídos do Livro Diário, em fotocópias autenticadas. O Livro Diário deve estar registrado na Junta Comercial.

5.1.4.2.2 Para as Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço na forma da lei, deverão ainda ser apresentadas cópias da publicação de: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado de Exercício; c) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e) Notas Explicativas do Balanço.

5.1.4.2.3 Para a Sociedade empresarial e não empresarial sujeita ao regime estabelecida na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com o Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em órgão equivalente, ou fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

5.1.4.2.4 No caso de pequena empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributo e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício.

5.1.4.2.4 Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

5.1.4.2.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do representante legal da empresa e do

profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.1.4.2.6. Se houver necessidade de atualização do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo representante legal da licitante e por profissional de contabilidade (constando número de registro no CRC).

5.1.4.3. A COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA será realizada através da apresentação em folha separada, assinada por sócio proprietário e por contador, (firma reconhecida de ambos) das demonstrações abaixo indicadas:

a) Índice de Liquidez Geral > ou = 1,0, onde:
 $I.L.G. = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

b) Grau de Endividamento < ou = 0,4, onde:
 $G.E. = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$

Sendo: AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo
ELP = Exigível a Longo Prazo
AP = Ativo Permanente

5.1.4.4. COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DE NO MÍNIMO DE 10% DO VALOR ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS descritos no objeto deste edital, realizado e registrado na Junta Comercial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei, admitida a atualização para esta data através da variação IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

5.1.5. QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL

5.1.5.1. ATESTADO DE VISITA TÉCNICA referente ao presente certame, expedido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul /SP, na forma de que trata o item 5.2 e seguintes deste edital.

5.1.5.2. PROVA DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA), ou no CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU) da jurisdição da sede da licitante, na qual conste no quadro de responsáveis técnicos, pelo menos 1 (um) técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil ou arquitetura.

5.1.5.3. PROVA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente ou societário, na data prevista para entrega no mínimo: 1 (um) profissional de nível superior (engenheiro civil ou arquiteto).

5.1.5.3.1. A comprovação de que trata o item anterior far-se-á: nos termos da SÚMULA Nº 25 do TCESP, ou seja, mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

a) No caso empregado: através da Ficha de Registro de Empregado, autenticada junto a Delegacia Regional de Trabalho

(D.R.T.) e o Contrato de Trabalho constante na carteira de trabalho.

- b) No caso se sócio, a comprovação será feita através do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- c) No caso de profissional liberal, através de Contrato de Prestação de Serviços.

5.1.5.3.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I, do § 1º, artigo 30, da Lei nº 8.666/93, deverão participar da execução dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Administração;

5.1.5.4. ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA - Atestado(s) ou certidão(ões) em nome da Pessoa Jurídica Licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico, expedido(s) pelo(s) CREA(s) ou CAU(s) da(s) região(ões) onde a(s) obra(s) e serviço(s) tenha(m) sido executada(s), que que comprove a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade mínima Executada
ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO, ESPESSURA 14CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE AREIA, CIMENTO E CAL	m2	40,88
ESTRUTURA METÁLICA	m2	54,27

5.1.5.4.1. Não será permitida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional emitido pela própria empresa;

5.1.5.4.2. Não serão aceitos atestados emitidos por ente pertencente ao mesmo grupo empresarial ou econômico do licitante proponente. Considera-se, como ente pertencente ao mesmo grupo empresarial ou econômico, suas controladas, suas controladoras, sua matriz, suas filiais, suas subsidiárias, ou aquele que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia do emitente do atestado e do licitante proponente.

5.1.5.4.3. O licitante proponente se solicitado deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que tenha dado suporte à contratação.

5.1.5.4.4. A empresa que apresentar atestado de capacidade técnico nas formas vedadas por este edital será inabilitada, pois a atestação, como instrumento de prova, pressupõe, necessariamente, a expedição de documento por terceiro desinteressado no resultado do certame.

5.1.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

5.1.6.1. **COMPROVANTE DE GARANTIA DE PROPOSTA** em uma das modalidades admitidas pela Lei 8.666/93 nos termos do previsto no subitem 19.1 e seguintes deste instrumento.

5.1.6.2. **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, na forma do modelo abaixo:

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa _____ (nome), inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado de _____, por seu representante legal _____ (nome completo), RG nº _____

DECLARA que:

- a) inexistente de fato impeditivo para participação em licitações públicas.
- b) não há participação de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, na direção da empresa, bem como, da não detenção de seu controle majoritário.
- c) que cumpre o disposto do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- d) que cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho.
- e) que não está inserida na relação de apenados (impedimento de licitar com o poder público) publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCESP.
- f) que não está inserida no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- g) que não está inserida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;
- h) que não está inserida no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- i) que, se contratada, cumprirá regularmente com todas as obrigações constantes da Proposta Comercial e Contrato Administrativo. e,
- jj). Que se encontra regular perante o CADIN ESTADUAL.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ (local), em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal

Nome do representante

Legal: _____

RG do representante legal: _____.

5.2. DAS VISITAS TÉCNICAS

5.2.1. Os interessados em participar desta licitação deverão participar da visita técnica, que deverá ser realizada até o dia útil anterior à data prevista para entrega dos Envelopes (Documentos de Habilitação e Proposta Comercial), (18/04/2018) a fim de obter o Atestado de Vistoria/Visita Técnica, que obrigatoriamente deverá acompanhar os documentos de habilitação (Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação).

5.2.2 A Visita Técnica tem por objetivo que o licitante conheça os locais e condições em que serão realizados os serviços.

5.2.2.1. A Visita Técnica deverá ser efetuada **até o próximo dia 18/04/2018, nos horários: (das 09h00mm as 11h00mm e das 13h00mm as 16h00mm)**, mediante

prévio agendamento junto ao Departamento de Engenharia, situada à Rua Coronel Paulo Fares, nº 329, centro, nesta cidade de Ribeirão do Sul (SP) – Fone (14) 3379.1191 (Ramal 28) – e-mail: engenharia@ribeiraodosul.sp.gov.br.

5.2.3. É obrigatório à realização da visita técnica ao local de execução dos serviços e obras, devendo a mesma ser realizada por Engenheiro ou Arquiteto devidamente cadastrado em seus respectivos Conselhos de Classe, os quais deverão estar credenciados pela empresa interessada para a realização deste ato, cuja credencial deverá ser apresentada no ato da vistoria, ficando retida para juntada nos presentes autos.

5.2.3.1. Para fins de credenciamento do profissional para a visita técnica, a empresa deverá apresentar no ato da visita:

a) Requerimento simples direcionado ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, subscrito pelo representante legal da empresa, solicitando o credenciamento do profissional contendo a qualificação completa deste;

b) Cópia do contrato social consolidado;

c) Cópia carteira profissional do engenheiro civil ou arquiteto credenciado.

2.4. O profissional credenciado pela empresa para realizar a visita técnica deverá ter com está vínculo profissional nos termos da ²Súmula nº 25, do TCESP.

5.2.5. Será expedido Atestado de Visita Técnica por meio de certificado expedido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul por intermédio do Departamento de Engenharia.

5.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.3.1. Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou autenticado por membros da Comissão de Licitação **observado o disposto no item “4.6.1.” deste Edital.**

5.3.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.3.3. Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta Prefeitura Municipal aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.3.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.3.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

5.3.5. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação da licitante.

² **SÚMULA Nº 25 - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.**

5.3.6. É facultado à Comissão ou Autoridade Superior, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo efetuar consulta direta na internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por meio eletrônico, vedada à inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente no conteúdo do envelope, facultado também a Comissão o direito de corrigir erros manifestos de cálculos e ou digitações.

6. PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. O envelope nº 2 - Proposta Comercial deverá conter: a **PROPOSTA COMERCIAL** que deverá ser entregue em 01 (uma) via, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas (exemplo: 1/5, 2/5...5/5), devendo a última folha ser assinada por representante legal da empresa, e consignar:

- a) Identificação (razão social), endereço, telefone, e-mail ou fax e número do CNPJ da proponente e Inscrição estadual;
- b) Dados Bancários: Nome do banco, número da agência e da conta corrente, preferencialmente Banco do Brasil em nome da licitante;
- c) Indicação do nome, e-mail e qualificação da pessoa com poderes para assinar o Contrato;
- d) Conter a indicação de todas as características do objeto da licitação, apresentar as especificações claras e detalhadas, observadas as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- e) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias;
- f) Local, data, assinatura e identificação do signatário;
- g) O preço global proposto expresso em algarismo e por extenso observando em especial as seguintes regras:

6.1.1. Para a elaboração do preço global da proposta deverão ser adotadas a Planilha Orçamentária e o Cronograma físico-financeiro, conforme constante do Anexo I deste Edital.

6.1.2. Nos preços ofertados pela licitante deverão estar incluídas todas as despesas relativas a materiais, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, transportes, alimentação, condução e estadia do pessoal envolvido na execução dos trabalhos, bem como quaisquer outros dispêndios decorrentes, direta ou indiretamente, da realização do objeto desta licitação.

6.1.3. Nos preços ofertado pela licitante deverão estar incluídos todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais e parafiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação, que serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.

6.1.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

6.1.2. Declaração onde conste que:

- a) Está ciente que tomou conhecimento do edital e concorda com todas as suas condições;
- b) Está ciente que os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear

qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

c) Está ciente de que a proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

d) Está ciente de que não respeitando os prazos estipulados neste edital, estará sujeita as multas previstas neste Edital e na Legislação;

e) Está ciente que os preços constantes na proposta serão fixos e irrevogáveis.

6.1.2.1. As declarações que se referem o item “6.1.8” de “a” a “e” poderão ser apresentadas em separado ou uma só mencionando cada uma delas.

6.2. A Proposta Comercial, bem como os demais documentos que a integram deverão estar legíveis a olho nu, sob pena de desclassificação.

6.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

6.4. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão de Julgamento de Licitação do disposto no art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

6.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do objeto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6.6. Os preços ofertados permanecerão fixos e irrevogáveis.

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E SEU JULGAMENTO:

7.1. DA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº. 1 - “HABILITAÇÃO”:

7.1.1. Os envelopes serão abertos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no dia, local e hora estipulada neste Edital, e todas as folhas serão rubricadas por este e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, ficando à disposição dos licitantes presentes para que os mesmos assim procedam.

7.1.2. O licitante que, por qualquer motivo, deixar de apresentar qualquer documento, será de pronto inabilitado, recebendo de volta o “ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, devidamente lacrado, fazendo-se constar da ata a ser elaborada, tal ocorrência. Caso o licitante inabilitado por este processo manifesta intenção de exercer o direito de petição ou recurso, seu envelope só será devolvido após o decurso do prazo legal, para a decisão do recurso.

7.1.3. Todos os documentos, depois de rubricados, serão examinados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos proponentes presentes, sendo todas as observações registradas em ata, assinada por todos os presentes, assim como as impugnações, soluções e manifestações de não concordância para o prosseguimento do processo licitatório.

7.1.4. Estando cumpridas as exigências deste edital a licitante será declarada Habilitada.

7.1.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitações, desde que feita através de requerimento formal, acompanhado de peças comprobatórias do fato.

7.2. DA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº. 2 - “PROPOSTA DE PREÇO”

7.2.1. Ultrapassada a fase de Habilitação, serão abertos os envelopes Proposta de Preços das proponentes declaradas habilitadas, o que poderá existindo possibilidade ocorrer na mesma sessão ou em nova sessão a ser designada.

7.2.2. Existindo nova sessão para dar continuidade ao processo de abertura dos envelopes e repetidas às cautelas de praxe, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações dará vista das PROPOSTAS a todos os presentes, os quais, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitações procederão às rubricas.

8. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O julgamento será efetivado pelo critério de **“menor preço global”** com a classificação das propostas apresentadas em ordem crescente das licitantes devidamente habilitadas e classificadas que apresentarem preços compatíveis com os praticados pelo mercado.

8.2. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e ofertar o “menor preço global”.

8.3. Em caso de empate será observado, inicialmente, o disposto no art. 3º, § 2º, incisos I a III, da Lei Federal nº. 8.666/93 com suas alterações posteriores e persistindo o empate, após a aplicação da regra acima, o desempate ocorrerá por sorteio, em sessão pública, com a presença dos membros da Comissão Permanente de Licitações, para a qual serão convocados os licitantes empatados e demais interessados, em data a ser fixada, através de publicação em órgão de imprensa oficial, ou, mediante intimação na própria sessão de julgamento.

8.4. Será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, que apresentarem propostas iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta primeira classificada.

8.4.1. Dentre aquelas que satisfaçam as condições previstas no subitem 8.4, a microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

8.4.1.1. Para tanto a licitante microempresa, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será convocado para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta, e caso esta não deseje realizar nova oferta, o direito de preferência será ofertado a outra microempresa ou empresa de pequeno porte, na sequência melhor classificada, desde que sua proposta se encontre no intervalo previsto no item 8.4 acima.

8.4.1.2. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

8.4.2. No caso de uma microempresa, empresa de pequeno porte ou um microempreendedor individual, aceitar a exercer seu direito de preferência e formular nova oferta, o novo valor será consignado na ata da sessão, ficando a licitante dispensada da apresentação de nova proposta escrita.

8.5. As propostas que não atendam as exigências desse ato convocatório, aquelas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, que ofereçam vantagens não previstas neste ato convocatório, ou ainda, vantagens baseadas na oferta dos demais proponentes, serão desclassificados, sem que as proponentes tenham direito a qualquer indenização, e, sem prejuízo da administração representar aos poderes competentes nos termos do Art. 100 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.6. No caso da desclassificação de todas as propostas, serão convocados os participantes para, no prazo legal de 08 (oito) dias, apresentarem novas ofertas, respeitando o disposto § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.7. A Comissão Permanente de Licitações, após verificar o cumprimento das exigências e a veracidade e análise das informações e documentos, emitirá relatório conclusivo indicando as propostas classificadas e o julgamento em ordem decrescente, objetivando o menor preço global.

8.8. O resultado do julgamento de Habilitação e classificação será publicado no Diário Oficial do município "Jornal Tribuna Ourinhense" e também no site do município.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. O julgamento e a respectiva classificação final das propostas, mediante parecer da Comissão Permanente de Licitações, serão submetidos à apreciação pela Autoridade Superior, Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, a quem cabe:

9.1.1. Aceitar a classificação e julgamento final, homologando-a e adjudicando o objeto licitado à licitante vencedora.

9.1.2. Anular o presente certame total ou parcialmente nos casos de ilegalidade no procedimento ou julgamento, mediante decisão fundamentada; e.

9.1.3. Revogá-la por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficientemente justificado.

9.2. Homologada esta licitação, o seu objeto será adjudicado à licitante vencedora, e será contratada na forma prevista neste edital.

9.3. No caso da adjudicatária decair do direito à aquisição do objeto desta licitação a Prefeitura poderá revogar esta licitação, ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para adquirir o objeto licitado, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Administração da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul convocará regularmente o interessado para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

10.1.2. Nos termos do § 2º, do art. 64, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos

no item 10.1 supra, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.2. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo II.

10.3. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito fiscais do adjudicatário exigidas neste edital, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura Municipal verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

10.3.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de cinco dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 10.3, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar.

10.4. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato de registro de preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

10.5. A contratação decorrente da presente licitação ficará condicionada às normas contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

10.6. A contratada deverá apresentar em cinco dias da assinatura do contrato, ART ou RRT referente à execução dos serviços de que trata o objeto deste contrato.

11. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.1. O prazo máximo para execução dos serviços é de 05 (cinco) meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, conforme estabelecido no cronograma físico financeiro.

11.6. Se os serviços apresentarem defeitos, vícios de execução, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial do mesmo à Contratada, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.

11.7. A fiscalização dos serviços poderá ser realizada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul.

12. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

12.1. Executar o objeto deste Edital, de acordo com as especificações e prazos exigidos, no Projeto Básico Anexo I deste Edital.

12.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes do cumprimento do contrato.

12.2.1. A inadimplência com referência aos encargos, não transfere à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.3. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias a conclusão do objeto desta licitação, como a exemplo transporte, seguros, equipamentos, etc.

12.4. Fornecer à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, por seus representantes, os dados técnicos que esta achar de seu interesse, e todos elementos e informações necessários, quando solicitada.

12.5. Adotar todas as medidas, precauções e cuidados, visando a evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus operários e a terceiros, assim como todas as medidas relacionadas com seguro de seus empregados contra tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originadas de acidentes.

12.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.7. Responsabilizar-se pela guarda de seus materiais e equipamentos utilizados.

13. FORMA DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados através de medições mensais, obedecido rigorosamente o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante, depois da aprovação pelo Departamento responsável da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviço, observada ainda a liberação de recursos por parte do Órgão Concedente.

13.2. Não será efetuada nenhuma antecipação de pagamento de parte do preço contratado, seja a qualquer título.

13.3. Ocorrendo atraso no pagamento consoante subitem anterior, os valores serão atualizados monetariamente nos termos da Lei em vigor.

13.4. A partir da segunda medição a empresa deverá apresentar quitação de débitos de todos os tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive as contribuições sociais e outras de natureza trabalhista.

14 - MEDIÇÕES E SERVIÇOS

14.1. As medições serão realizadas a cada 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da ordem de serviços, na presença de um representante da Contratada, somente sendo considerados nas mesmas os serviços efetivamente concluídos, na forma do cronograma físico-financeiro.

14.1.1. As medições serão realizadas por intermédio de servidor designado da Prefeitura Municipal, ou por intermédio de engenheiro contratado/terceirizado.

15. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

15.1. A licitante vencedora convocada para prestação dos serviços objeto desta licitação estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta de preços apresentada, pela recusa em assinar o contrato no prazo estabelecido, ficando impedido de licitar com a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, enquanto não saldar o débito.

15.2. O atraso injustificado para entrega do objeto licitado caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores às seguintes:

15.2.1. Multas por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da etapa em atraso.

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa

por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa, por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos nas alíneas “a” e “b” deste subitem;
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

15.3. O valor da multa atualizado deverá ser pago pela inadimplente na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a notificação para o pagamento, em caso de não pagamento a multa, aplicada, será descontada da garantia do contrato, se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

15.4. A critério da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, poderá ser aplicada penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar, pelo período de 06 (seis) meses até 02 (dois) anos, nos seguintes casos, independentemente da aplicação da pena de multa de que trata os subitens s “15.2.1” acima:

15.4.1. Se na realização da licitação, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplência de que possa ser responsabilizada a licitante;

15.4.2. Recusa injustificada em assinar o Contrato no prazo estabelecido neste Edital.

15.4.3. Não manutenção das condições de Habilitação, inviabilizando a contratação;

15.4.4. Prática de atos visando a frustrar os objetivos desta licitação;

15.4.5. Condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos;

15.4.6. Prática de ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul.

15.5. Poderá ainda ser aplicada à penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV e § 3º do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, na ocorrência dos casos do art. 88 da citada Lei.

15.6. A licitante vencedora, ou na ordem, aquela que lhe suceder, estará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a ser aplicada em caso de infringência da proposta apresentada.

15.7. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados formalmente e enquadrados legalmente nestas situações.

15.8. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

16. RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A rescisão contratual poderá ocorrer:

16.1.1. Por determinação unilateral da Prefeitura Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

16.1.2. Amigavelmente, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Prefeitura Municipal;

16.1.3. Por inexecução do contrato, com as consequências previstas em Lei e neste Edital.

16.2. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela licitante contratada, a garantia não será devolvida e será apropriada pela contratante, sob título de "receita extraordinária".

17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS.

17.1. Até cinco dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

17.1.1. Os esclarecimentos, dúvidas ou representações quanto à interpretação dos termos deste Edital, bem como qualquer incorreção ou discrepância neles encontrados, deverão ser elaborados por escrito, protocolados junto à Secretaria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, sem efeito suspensivo.

17.1.2. Não serão levados em consideração pela Prefeitura Municipal, em qualquer fase, quaisquer consultas, pleitos ou reclamação que não tenha sido formulada por escrito e devidamente protocolada na Secretaria da Prefeitura Municipal.

17.1.3. Quaisquer dúvidas surgidas, após abertura dos envelopes, ficarão sujeitas à interpretação da Comissão Permanente de Licitações e à luz do ordenamento jurídico aplicável a espécie, e diligências que a supracitada Comissão julgar necessárias.

17.1.4. A Comissão Permanente de Licitações não aceitará em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de fornecimento necessário á execução dos serviços ou inexatidão relativamente à quantidade do fornecimento, com o objetivo de alterar preços propostos.

17.2. Eventual impugnação do edital deverá ser dirigida a Prefeita Municipal de Ribeirão do Sul subscritora deste Edital e protocolada na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, situada na Rua Coronel Paulo Fares, nº 329 Centro.

17.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

17.3. A apresentação de impugnação após o prazo estipulado acima, não há caracteriza como tal, recebendo tratamento como mera informação.

17.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

17.5. DOS RECURSOS

17.5.1. Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações no processamento da licitação, cabem recursos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93,

17.5.2. Os recursos deverão ser protocolados junto à Secretaria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, endereçado à Comissão Permanente de Licitações – CPL.

17.5.3. É de 05 (cinco) dias úteis o prazo para formalização de recurso.

17.5.4. Os recursos interpostos deverão ser comunicados às partes interessadas, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.5.5. O recurso deverá ser protocolado nesta Prefeitura Municipal, no prazo legal, admite-se impugnação e recursos por intermédio de “fac-simile” (14-3379-1191) ou e-mail (licitacoes@ribeiraodosul.sp.gov.br), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original, nos respectivos setores no prazo de 48 horas.

17.5.5.1. A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul não se responsabilizará por eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de recebimento. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentado o recurso e os documentos que o instruem, a licitante será inabilitada.

17.5.6. As decisões dos recursos e a abertura ou não do (s) envelope (s) “Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, do (s) licitante (s) atingindo (s) pela impugnação, serão comunicados a todos os proponentes.

17.5.7. Havendo expressa desistência de oferecimento de recurso por parte dos representantes legais das licitantes, quanto à fase de habilitação, na mesma oportunidade serão abertos os “ENVELOPES Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, daquelas declaradas habilitadas, devolvendo-se os “ENVELOPES Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO” em sua forma original (fechados) àquelas declaradas inabilitadas, lavrando-se a ata dos trabalhos, que será assinada pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes credenciados das licitantes.

17.5.8. Caso haja impugnação de recurso quanto a algum dos licitantes, ficará sob guarda da Comissão Permanente de Licitações, o “ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO” de todos os licitantes habilitados, mesmo que algum destes não tenha sido objeto de recurso ou interpelação.

17.5.9. Decorridos todos os prazos de recursos, bem como, julgados aqueles eventualmente interpostos, a Comissão Permanente de Licitações marcará a data, hora e local da abertura dos “ENVELOPES Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO”, comunicando a todos os interessados por e-mail, fax ou qualquer outro meio adequado.

17.5.10. Caso a Comissão Permanente de Licitações não reconsidere sua decisão, fará subir independente de manifestação o recurso à autoridade superior para decisão.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. As despesas decorrentes da contratação de que trata o objeto desta licitação correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente, a saber:

Conta 059. 02. Poder Executivo. 02.04. Fundo Municipal de Saúde 10.301.0000.0.000. Atenção Básica. 10.301.0005.0.000. Programa Saúde Para Todos. 10.301.0005.1.003. Requalificação de UBS - Ampliação. 4.4.90.51.00. Obras e Instalações.

Conta 073. 02. Poder Executivo. 02.04. Fundo Municipal de Saúde. 10.301.0000.0.000. Atenção Básica. 10.301.0005.0.000. Programa Saúde Para Todos. 10.301.0005.2.014. Manutenção do Centro de Saúde. 4.4.90.52.00. Equipamentos e Material Permanente.

18.2. A estimativa global desta licitação é de **R\$ 257.393,46 (duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos)**, conforme detalhamento da planilha orçamentaria constante do Anexo I deste Edital.

19. DAS GARANTIAS

19.1. São exigidas as seguintes garantias:

19.1.1. **Para participar do pleito licitatório** o licitante deverá, efetuar garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado desta licitação (item 18.2), correspondente a monta de **R\$ 2.573,93 (dois mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e três centavos)** e mediante uma das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; sendo que as garantias sob a forma de Título da Dívida Pública serão aceitas, desde que tenham sido emitidas sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos (Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93).
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

19.1.2. **Para firmar o contrato** a licitante vencedora do pleito licitatório deverá efetuar garantia correspondente à 5% (um por cento) do valor contratual, correspondente a **R\$ 12.869,67 (doze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos)** mediante uma das formas previstas no item 19.1.1. acima.

19.2. A proponente vencedora estará sujeita à prestação de garantia adicional, caso o valor de sua proposta esteja enquadrado no disposto no parágrafo 2º do artigo 48 da Lei 8666/93.

19.3. O valor da caução e o seu prazo de validade deverão estar permanentemente atualizados até a expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

19.4. A caução de garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da proponente vencedora, após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, observado que em caso de rescisão do Contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvido o valor da CAUÇÃO DO CONTRATO, a menos que a rescisão ou paralisação decorra por culpa da Administração, nos termos da legislação vigente.

19.5. **Na hipótese da caução de garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter a expressa renúncia aos benefícios referidos nos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 da Lei 10.406/2002 - CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.**

19.6. Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos Serviços, respeitado os limites previstos na Lei 8.666/93, a proponente vencedora deverá proceder ao reforço da caução inicial no mesmo percentual estabelecido no item 15.2.

19.7. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a Proponente vencedora reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Edital e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração os créditos da proponente vencedora, enquanto não efetivada tal garantia, o valor a ela correspondente.

19.8. A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela Contratada a partir da emissão da ordem de serviço até no máximo quando da liberação do

pagamento da primeira medição, sob pena do não recebimento do valor dos serviços realizados e ter o contrato rescindido.

19.9. A caução de participação será restituída mediante requerimento da licitante em até trinta dias após o termino da licitação.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

20.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. A simples participação na presente licitação, caracterizada pela apresentação dos envelopes, implica na aceitação plena e sujeição a todas as exigências e condições estabelecidas neste ato convocatório.

20.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital de licitação perante a Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos "ENVELOPES Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO", falhas ou irregularidade, que o viciaram, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.

20.4. Todas as declarações e informações prestadas, em atendimento às normas do presente Convite, sujeitam-se às penas da Lei.

20.5. É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou à autoridade superior:

20.5.1. Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos Envelopes.

20.5.2. Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

20.5.3. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento dos documentos e proposta.

20.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

20.7. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão apreciados e resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações ou Autoridade Superior, desde que pertinentes com o objeto desta licitação e observada a legislação em vigor.

20.8. Não serão aceitos documentos e propostas enviadas via fax, e-mail ou qualquer outro meio, sendo, porém, aceito documento cujo teor e autenticidade poderá ser confirmado através de sitio na Internet.

20.9. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

20.10. A Prefeitura Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

20.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

20.12. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

20.13. A falsidade da Declaração nos termos deste Edital, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, caracterizará o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, na inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

20.14. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, salvo se a própria licitante desistir de sua participação no certame, na sessão pública de abertura da licitação, retirando seus envelopes.

20.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo com renúncia expressa a qualquer outro, mesmo que privilegiado independente do domicílio das partes.

20.16. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexos: I Projeto Básico; II (Minuta de Contrato); III (Documentos necessários para cadastro).

Ribeirão do Sul, 26 de março de 2018.

Eliana Maria Rorato Manso
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Administrativo nº. 055/2018
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde.

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

MEMORIAL DESCRITIVO

PLANILHA ORÇAMENTARIA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROJETOS TÉCNICOS

MEMORIAL DESCRITIVO

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL - SP

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE

LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X RUA CEL. PAULO FARES, S/N, CENTRO

CIDADE: RIBEIRÃO DO SUL-SP

ÁREA EXISTENTE: 1.085,62 m²

ÁREA Á AMPLIAR: 166,61 m²

ÁREA TOTAL: 1.252,23 m²

1. SERVIÇOS PRELIMINARES:

1.1. LIMPEZA E TERRAPLANAGEM:

Os serviços de limpeza mecanizado de entulhos e bota fora e terraplanagem, deverão ser executados pelo Departamento de Obras e Serviços do Município.

1.2. ABRIGO PROVISÓRIO:

Instalação de canteiro de obra, construção de um barracão de obra em madeira, coberto em telha ondulada, fibrocimento espessura 5cm, sendo um pavimento, local, onde será depósito de materiais e ambiente para guardar ferramentas.

1.3. LOCAÇÃO DA OBRA:

Após a limpeza da obra, os serviços, terão continuidades com a locação das estacas, que deverá ser pelo método de tabua corrida.

2. FUNDAÇÕES:

2.1. Sob os pilares, serão executadas brocas e armaduras, com diâmetros necessários, para suportar as cargas previstas em projeto. O concreto deverá ter a resistência mínima de 20 Mpa e o aço CA 50 e CA 60 A. Sobre as brocas deverão ser executados blocos e vigas baldrames, com dimensionamento adequado para cada situação proposta.

3. IMPERMEABILIZAÇÃO:

3.1. As vigas baldrames serão impermeabilizadas com argamassa de cimento areia, no traço 1:3, preparado com produto impermeabilizante, sendo a parte superior e as laterais, bem como receberá duas demãos de pintura betuminosa.

4. ALVENARIA DE VEDAÇÃO:

4.1. As paredes deverão ser executadas com tijolos cerâmicos, assentados na espessura de 14 cm, conforme o projeto arquitetônico. Todas as paredes serão levantadas e assentadas com argamassa de cimento, cal e areia, no sistema usual. As estruturas das paredes receberão os seguintes reforços:

- a) Verga de concreto sob os vão as portas e janelas.
- b) Cinta de amarração no respaldo das paredes.

A locação da obra deverá ser feita pelo método de tabua corrida, pelo eixo das paredes, obedecendo a um pé direito de 2,95m.

5. SUPERESTRUTURA:

5.1. As formas serão executadas com tabuas e sarrafos de pinho ou cedrinho, pontaletes de eucalipto e chapas de madeira resinada plastificada nos pilares da garagem.

5.2. A execução das armações deverá obedecer rigorosamente ao projeto estrutural, no que se refere a posição, bitolas, dobramento e recobrimento. Na colocação de armadura, as formas deverão estar limpas, isentas de quaisquer impurezas capazes de comprometer a boa qualidade dos serviços. A armação será separada da forma por meio de espaçadores.

5.3. O concreto deverá obedecer às especificações de projeto, e sua execução será de responsabilidade da contratada.

5.4. O lançamento deverá ser de forma a reduzir choque produzido sobre o molde e no lugar exato do emprego e durante a concretagem o concreto deveser vibrado, por meio de vibradores de imersão. Todo o concreto terá que receber cura cuidadosamente.

6. FORROS:

6.1. Laje a ser utilizada é do pré-moldada Beta 12, com capas cerâmicas, com armadura negativa distribuída de acordo com as especificações contidas no projeto estrutural.

6.2. O concreto deveser obedecer rigorosamente a indicação do fck especificada, a laje deveser bem umedecida antes da concretagem. A mesma tem que estar bem escorada e travada, e o escoramento deveser removidos após 21 dias da concretagem.

6.3. Durante 5 (cinco) dias a laje deveser irrigada periodicamente, mantendo uma boa umidade, para uma cura perfeita.

6.4. Na Garagem o forro a ser utilizado e também as platibandas, será em telha metálicas do tipo trapezoidal, com espessura de 0,5mm.

7. COBERTURA:

7.1. A cobertura em telha metálicas do tipo trapezoidal, com espessura de 0,5 mm em duas águas, composta de calhas em chapa galvanizada, rufos platibanda e condutores de águas em PVC.

8. ESTRUTURA METÁLICA:

8.1. A estrutura da cobertura deveser metálica do tipo treliça do formato em tesoura, composta de cotraventamento, perfil - U, perfil enrijecido, cantoneiras, chumbadores e chapas de base. A cobertura foi dimensionada para receber telhas metálicas trapezoidais, sendo fixadas com parafusos auto-brocante, conforme orientação do fabricante.

9. ESQUADRIAS DE MADEIRA:

9.1. As Esquadrias de madeira deveser obedecer rigorosamente, quanto a sua localização, execução e dimensão. As indicações do projeto arquitetônico e respectivos desenhos e detalhes construtivos. Todas as esquadrias serão fornecidas montadas completas, incluindo dobradiças, fechos, baquetes, arremates, contra marcos, vedação etc.

9.2. Para vãos de concreto aparente a fixação deveser feita com bucha e parafusos.

10. VIDROS:

10.1. Os vidros serão do tipo temperado a espessura de 8 e 10 mm e deverão ser fixados em vão com acabamento requadrado de modo que resulta uma superfície acabada e lisa, conforme especificações do projeto arquitetônico.

12. REVESTIMENTO:

12.1. Todas as superfícies destinadas a receber chapisco devem estar limpas e umedecidas antes da aplicação do mesmo.

12.2. O chapisco deverá ser de cimento e areia grossa no traço de 1:3 em volume e sua cura deverá ser no mínimo em 24 horas.

12.3. Emboço deverá ser aplicado após a completa pega do chapisco, obedecendo prumo uniformizado, através de taliscas e mestras, possibilitando uma espessura média de 2,00 cm. A argamassa mista de cimento cal e areia média, com traço de 1:2:8.

12.4. Todos os ambientes, destinado a uso de água, deverão receber revestimento cerâmico liso nas paredes, sendo na altura até o teto, assentados com argamassa colante, sobre paredes alinhadas e aprumadas, com rejuntas na cor predominante, conforme o projeto arquitetônico.

13. CONTRA PISO:

13.1. Todo o terreno destinado a receber o contra piso deverá estar obrigatoriamente livre de impurezas, nivelado e deverá ser apiloado mecanicamente ou manualmente.

13.2. Os aterros deverão ser executados em camadas de no máximo 20 cm com matéria de boa qualidade, com umidade ótima.

13.3. O contra piso deverá ser aplicado sobre um lastro de brita, concreto não estrutural, sobre terreno previamente nivelado com uma espessura mínima de 5,00 cm.

14. PISOS:

14.1. Piso cerâmico deverá ser assentado nos ambientes fechados, PI-5, assentados com argamassa colante, sobre face de piso regularizado os mesmos deverão ser rejuntados na cor predominante. Rodapé deverá ser na altura de 10 cm acompanhando o modelo e formato do piso.

14.2. Piso de Concreto Alisado, será executado com concreto estrutura com FCK de 20MPa, com ou sem adição de corante, conforme o projeto, com juntas no formato quadrilátero de 1,80x1,80 m.

15. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

15.1. A energia elétrica será derivada para a ampliação a um local estrategicamente determinado, onde estará localizado um quadro de distribuição (bifásica ou trifásica) com barramento e disjuntores que atenderão aos diversos circuitos, conforme as normas técnicas e as exigências da concessionária local.



16. PINTURA:

16.1. Todas as paredes internas e tetos indicados no projeto deverão ser pintados com no mínimo duas demãos de látex acrílica, sobre massa corrida. Todas as paredes deverão receber uma demão de selador acrílico.

16.2. A superfície na qual será aplicada a pintura deveser limpa e isenta de poeira e impurezas. Eventuais manchas de óleo, graxa ou mofo, deverão ser removidas.

16.3. As esquadrias metálicas serão pintadas com duas demãos tinta esmalte sobre fundo antiferruginoso.

16.4. As esquadrias de madeira serão lixadas e receberão duas demãos de tinta esmalte sintético.

17. CALÇADA:

17.1. A calçada deverá ser executada em concreto não estrutural, na espessura de 5 cm, com juntas de dilatação a cada 1,80m, mantendo uma inclinação mínima de 1%, em direção a canaleta ou ponto de escoamento.

18. SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO:

18.1. O sistema de prevenção e combate a incêndio, deverá ser executado de acordo as exigências necessárias, conforme projeto em anexo .

19. LIMPEZA:

19.1. Todas as superfícies aparentes (pavimentações, revestimentos, cimentados, vidros, etc.), deverão ser limpos abundantemente e cuidadosamente lavados de modo a não serem danificados outra parte da obra por estes motivos de limpeza.

19.2. A lavagem deveser feita com sabão neutro perfeitamente isento de álcalis e ácidos, todas as manchas de tinta deverão ser cuidadosamente removidas, dando-se especial atenção a perfeita execução na limpeza de vidros e ferragens das esquadrias, que deverão ser lubrificadas.

19.3. Todo o entulho gerado da obra deverá ser removido.

A obra será executada em conformidade com a NBR 9.050

Ribeirão do Sul, 01 de fevereiro de 2018.

ELIANA MARIA RORATO MANSO
Prefeita Municipal

RAPHAEL AUGUSTO NARDO
Engenheiro Civil
CREA 5063680850

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAUDE

LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X CEL. PAULO FARES, S/N

MUNICIPIO: RIBEIRÃO DO SUL -SP

AREA À AMPLIAR : 166,61 m2



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CÓD. ATIVIDADE	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. S/ BDI	PREÇO UNIT. C/ BDI 20%	VALOR TOTAL R\$	CÓDIGO SINAPI
	VALOR TOTAL					257.393,46	dez/17
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS					5.806,67	
1.1	PLACA DA OBRA (1,50m x 3,00m) IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	m2	4,50	324,59	389,51	1.752,79	74209/001
1.2	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	mês	4,00	394,53	473,44	1.893,74	73847/001
1.3	DERMACAÇÃO DA OBRA COM MÉTODO GABARITO	m2	166,61	9,22	11,06	1.843,32	73992/001
1.4	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m3	3,00	45,64	54,77	164,36	97622
1.5	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m2	6,12	20,76	24,91	152,46	97645
2	INFRAESTRUTURA					33.953,66	
2.1	ESTACA A TRADO (BROCA) D=25cm	m	215,00	47,70	57,24	12.306,60	74156/003
2.2	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 4,20mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (ESTACA)	kg	8,76	10,32	12,38	108,51	92783
2.3	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 5,0mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (ESTACA)	kg	45,53	10,50	12,60	573,74	92775
2.4	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 10mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (ESTACA)	kg	285,05	6,49	7,79	2.220,00	92778



2.5	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS ATÉ 1,00m (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	m3	5,64	66,29	79,55	448,93	93358
2.6	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM - UTILIZANDO 2 VEZES (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	kg	1,92	44,43	53,32	102,37	92270
2.7	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 6,30mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	kg	132,42	8,81	10,57	1.399,96	92776
2.8	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 8,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	kg	23,90	8,15	9,78	233,72	92777
2.9	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 10,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	kg	82,72	6,50	7,80	645,22	92778
2.10	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 25,40mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	kg	12,71	4,79	5,75	73,09	92782
2.11	CONCRETO ESTRUTURAL DOSADO EM CENTRAL , fcK 20 MPa (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	m3	6,79	254,38	305,26	2.073,76	94964
2.12	TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL DE FUNDAÇÃO (BLOCO DE FUNDAÇÃO)	m3	6,79	164,53	197,44	1.341,28	92873
2.13	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM - UTILIZANDO 2 VEZES (VIGA BALDRAME)	m2	61,99	44,43	53,32	3.305,17	92270
2.14	LASTRO DE VALA COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA	m3	0,77	178,98	214,78	166,43	94103
2.15	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-60, Ø 5,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (VIGA BALDRAME)	kg	100,96	10,49	12,59	1.270,87	92775
2.16	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 8,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (VIGA BALDRAME)	kg	200,14	8,15	9,78	1.957,41	92777
2.17	CONCRETO ESTRUTURAL DOSADO EM CENTRAL, fcK 20 MPa (VIGA BALDRAME)	m3	4,65	254,38	305,26	1.419,26	94964
2.18	TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL (VIGA BALDRAME)	m3	4,65	164,53	197,44	917,96	92873
2.19	IMPERMEABILIZAÇÃO DA VIGA BALDRAME	m2	77,49	36,45	43,74	3.389,41	5968
3	SUPERESTRUTURA / REFORÇO					25.815,46	
3.1	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM - UTILIZANDO 2 VEZES (PILARES, PILARES PLATIBANDA, CINTA DA PLATIBANDA, PILARES E CINTA DOS MUROS)	m2	120,45	56,24	67,49	8.128,93	92269
3.2	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-60, Ø 5,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (PILARES, PILARES PLATIBANDA, CINTA DA PLATIBANDA, PILARES E CINTA DOS MUROS)	kg	131,58	10,49	12,59	1.656,37	92775



3.3	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 6,30mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (PILARES, PILARES PLATIBANDA, CINTA DA PLATIBANDA, PILARES E CINTA DOS MUROS)	kg	77,56	8,81	10,57	819,99	92776
3.4	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 8,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (PILARES, PILARES PLATIBANDA E CINTA DA PLATIBANDA)	kg	6,74	8,15	9,78	65,95	92777
3.5	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 10,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (PILARES, PILARES PLATIBANDA E CINTA DA PLATIBANDA)	kg	100,01	6,49	7,79	778,90	92778
3.6	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 12,50mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (PILARES, PILARES PLATIBANDA E CINTA DA PLATIBANDA)	kg	242,03	5,63	6,76	1.635,15	92779
3.7	CONCRETO ESTRUTURAL DOSADO EM CENTRAL, fcK 20 MPa (PILARES, PILARES PLATIBANDA, CINTA DA PLATIBANDA, PILARES E CINTA DOS MUROS)	m3	6,94	254,38	305,26	2.118,17	94964
3.8	TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL (PILARES, PILARES PLATIBANDA, CINTA DA PLATIBANDA, PILARES E CINTA DOS MUROS)	m3	6,94	164,53	197,44	1.370,01	92873
3.9	ABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM - UTILIZANDO 2 VEZES (VIGA DE AMARRAÇÃO)	m2	26,27	56,24	67,49	1.772,77	92269
3.10	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-60, Ø 5,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (VIGA DE AMARRAÇÃO)	kg	37,15	10,49	12,59	467,59	92775
3.11	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 8,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (VIGA DE AMARRAÇÃO)	kg	79,41	8,15	9,78	776,62	92777
3.12	ARMADURA DE AÇO PARA ESTRUTURAS EM GERAL, CA-50, Ø 10,00mm, CORTE E DOBRA NA OBRA (VIGA DE AMARRAÇÃO)	kg	9,24	6,49	7,79	71,99	92778
3.13	CONCRETO ESTRUTURAL DOSADO EM CENTRAL, fcK 20 MPa (VIGA DE AMARRAÇÃO)	m3	1,97	254,38	305,26	601,38	94964
3.14	TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL	m3	1,97	164,53	197,44	388,97	92873
3.15	ARMAÇÃO DE VERGA E CONTRAVERGA DE ALVENARIA ESTRUTURAL, CA-50, Ø 8,00mm	kg	12,21	8,99	10,79	131,72	89999
3.16	CONCRETO ESTRUTURAL DOSADO EM CENTRAL, fcK 20 MPa (VERGA E CONTRAVERGA)	m3	0,70	254,38	305,26	214,29	94964
3.17	TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL (VERGA E CONTRAVERGA)	m3	0,70	164,53	197,44	138,60	92873
3.18	LAJE PRÉ-MOLD BETA 12 (INCLUSO AÇO, ESCORAMENTO, CONCRETO, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO)	m2	56,75	68,70	82,44	4.678,06	74141/001



4	ALVENARIA - PAREDES E MUROS					8.180,72	
4.1	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO, ESPESSURA 9CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE AREIA, CIMENTO E CAL	m2	7,82	34,54	41,45	324,02	87471
4.2	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO, ESPESSURA 14CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA DE AREIA, CIMENTO E CAL	m2	136,29	48,04	57,65	7.856,70	87473
5	ESQUADRIAS DE MADEIRA					4.175,34	
5.1	PORTA DE MADEIRA, COLOCAÇÃO E ACABAMENTO DE UMA FOLHA COM BATENTE, GUARNIÇÃO E FERRAGEM, 0,80mx2,10m	un	2,00	678,49	814,19	1.628,38	91314
5.2	PORTA DE MADEIRA, COLOCAÇÃO E ACABAMENTO DE UMA FOLHA COM BATENTE, GUARNIÇÃO E FERRAGEM, 0,90mx2,10m	un	3,00	707,49	848,99	2.546,96	91315
6	ESQUADRIAS DE VIDRO TEMPERADO					5.539,60	
6.1	JANELAS DE VIDRO TEMPERADO ESPESSURA 8mm	m2	8,04	209,77	251,72	2.023,86	72119
6.2	PORTAS DE VIDRO TEMPERADO ESPESSURA 10mm	m2	11,08	264,54	317,45	3.515,74	72120
7	COBERTURA E PROTEÇÕES					37.772,05	
7.1	ESTRUTURA METÁLICA	m2	180,91	68,36	82,03	14.840,41	72110
7.2	COBERTURA COM TELHA DE AÇO ZINCADO TRAPEZOIDAL (ESPESSURA 0,5mm), INCLUSO ACESSÓRIOS	m2	180,91	36,02	43,22	7.819,65	94213
7.3	CUMEEIRA EM PERFIL ONDULADO DE ALUMINIO	m	18,65	31,56	37,87	706,31	75220
7.4	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA Nº 24 DESENVOLVIMENTO 33cm	m	37,30	34,39	41,27	1.539,30	94227
7.5	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA Nº 24 DESENVOLVIMENTO 25cm	m	135,85	28,19	33,83	4.595,53	94231
7.6	CONDUTO DE ÁGUAS EM TUBO DE PVC Ø 88mm INCLUSIVE CONEXÕES	m	46,00	24,97	29,96	1.378,34	89451
7.7	PLATIBANDA COM TELHA DE AÇO ZINCADO TRAPEZOIDAL (ESPESSURA 0,5mm), INCLUSO ACESSÓRIOS E PINTURA ESMALTE NA COR AZUL	m2	35,30	36,02	43,22	1.525,81	94213
7.8	FORRO COM TELHA DE AÇO ZINCADO TRAPEZOIDAL (ESPESSURA 0,5mm), INCLUSO ACESSÓRIOS E PINTURA ESMALTE NA COR BRANCO	m2	124,16	36,02	43,22	5.366,69	94213
8	REVESTIMENTO DE PAREDE, LAJE E MUROS					14.925,60	
8.1	CHAPISCO PARA PAREDE INTERNA, EXTERNA, LAJE E MUROS, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SEM PENEIRAR, TRAÇO 1:3, E=5mm	m2	545,25	4,65	5,58	3.042,51	87894
8.2	EMBOÇO PARA PAREDE INTERNA, EXTERNA, LAJE E MUROS, COM ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA SEM PENEIRAR, TRAÇO 1:2:11, E=10mm	m2	420,85	11,77	14,12	5.944,12	87553



8.3	REVESTIMENTO DE PAREDE CERÂMICO ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE, REJUNTADO	m2	100,19	49,40	59,28	5.938,97	89045
9	PINTURAS - PAREDES INTERNAS, EXTERNAS, LAJE E MUROS					12.834,05	
9.1	SELADOR ACRÍLICO EM PAREDE INTERNA, EXTERNA, LAJE E MUROS COM UMA DEMÃO	m2	529,61	1,89	2,27	1.201,16	88485
9.2	LÁTEX ACRÍLICO EM PAREDE INTERNA, EXTERNA, LAJE E MUROS, COM DUAS DEMÃOS, SEM MASSA CORRIDA	m2	529,61	7,41	8,89	4.709,29	88487
9.3	PINTURA COM TINTA ESMALTE EM ESQUADRIA DE MADEIRA COM DUAS DEMÃOS	m2	16,26	14,96	17,95	291,90	73739/001
9.4	PINTURA ACRÍLICA EM PISO DA CALÇADA EXTERNA COM DUAS DEMÃOS	m2	521,36	10,60	12,72	6.631,70	74245/001
10	PAVIMENTAÇÃO					22.531,44	
10.1	ATERRO E ESPALHAMENTO DE TERRA, INCLUSO O FORNECIMENTO DE TERRA, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO COM MASSO DE 30kg	m3	15,90	40,19	48,23	766,60	96995
10.2	CONTRAPISO, CONCRETO COM ESPESSURA DE 5,00cm	m2	47,59	18,44	22,13	1.053,13	95241
10.3	REGULARIZAÇÃO DE CONTRAPISOS EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. AF_06/2014	m2	47,59	22,17	26,60	1.266,15	87620
10.4	PISO CERÂMICO - PL-5, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE , REJUNTADO	m2	48,55	36,30	43,56	2.114,62	87248
10.5	LASTRO DE CONCRETO, INCLUINDO PREPARO E LANÇAMENTO, CALÇADAS COM DILATAÇÃO	m2	18,42	18,44	22,13	407,49	95241
10.6	PISO EM CONCRETO 20MPA PREPARO MECANICO, ACABAMENTO POLIDO MECANICO (TIPO INDUSTRIAL), ESPESSURA 7 CM, COM ARMACAO EM TELA SOLDADA E JUNTA DE DILATAÇÃO	m2	197,40	65,87	79,04	15.603,29	72183
10.7	SOLEIRA DE MÁRMORE CINZA POLIDO, LARGURA 15 cm, ESPESSURA 3cm, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA)	m	3,30	66,93	80,32	265,04	84161
10.8	PEITORIL EM MÁRMORE CINZA POLIDO, LARGURA 15 cm, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA	m	9,40	93,54	112,25	1.055,13	84088
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICA, APARELHOS ELÉTRICOS E TELEFÔNICOS					8.713,81	
11.1	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA COMPLETA, POLIFASICA 70A, COM POSTE DE CONCRETO, CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO (PADRÃO ENERGISA)	un	1,00	902,88	1083,46	1.083,46	9540
11.2	ELETRODUTO DE PVC FLEXÍVEL CORRUGADO Ø 32mm INCLUSIVE COLOCAÇÃO	m	87,60	7,43	8,92	781,04	91836
11.3	ELETRODUTO DE POLIETILENO Ø 1"	m	62,80	9,31	11,17	701,60	93008



11.4	CAIXA DE LIGAÇÃO DE PVC PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL, RETANGULAR, DIMENSÕES 4"x2"	un	21,00	11,42	13,70	287,78	91940
11.5	CAIXA OCTOGONAL 4"x4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	7,00	9,97	11,96	83,75	91936
11.6	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	un	1,00	414,08	496,90	496,90	74131/004
11.7	CABO ISOLADO DE PVC SEÇÃO 16mm ² - 750 V - 70°C	m	25,00	11,80	14,16	354,00	91934
11.8	CABO ISOLADO DE PVC SEÇÃO 25mm ² - 750 V - 70°C	m	75,00	12,62	15,14	1.135,44	92983
11.9	FIO ISOLADO DE PVC SEÇÃO 2,5mm ² - 750 V - 70°C	m	350,00	2,28	2,74	957,60	91926
11.10	INTERRUPTOR, UMA TECLA SIMPLES 10A - 250 V	un	5,00	21,56	25,87	129,36	91953
11.11	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS SIMPLES 10A - 250 V	un	2,00	34,18	41,02	82,03	91959
11.12	TOMADA EMBUTIR C/ PLACA, TRÊS POLOS UNIVERSAL 10A - 250 V	un	14,00	25,58	30,70	429,74	91996
11.13	TOMADA PARA TELEFONE QUATRO POLOS, PADRÃO TELEBRÁS	un	2,00	24,69	29,63	59,26	72337
11.14	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 10A EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	un	2,00	51,76	62,11	124,22	74130/003
11.15	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16A EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	un	4,00	51,76	62,11	248,45	74130/003
11.16	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA COM 2 LÂMPADAS DE 40W, TIPO CALHA DE SOBREPOR	un	13,00	68,10	81,72	1.062,36	97586
11.17	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 100A EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	un	2,00	100,58	120,70	241,39	74130/005
11.18	FIO ISOLADO DE PVC SEÇÃO 1,5mm ² - 750 V - 70°C	m	235,00	1,62	1,94	455,43	91924
12	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS					9.599,02	
12.1	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM PVC SOLDÁVEL DN 25 (¾) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO).	un	1,00	52,23	62,68	62,68	73827/001
12.2	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, COM CONEXÕES Ø 25mm	m	45,00	16,95	20,34	915,30	89356
12.3	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, COM CONEXÕES Ø 40mm	m	13,00	9,53	11,44	148,67	89448
12.4	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA Ø 25mm (1")	un	3,00	67,47	80,96	242,89	89985
12.5	REGISTRO DE GAVETA S/ CANOPLA Ø 40mm (1.1/2")	un	2,00	97,57	117,08	234,17	94497
12.6	TORNEIRA DE BÓIA Ø 20mm (3/4")	un	1,00	58,68	70,42	70,42	94796
12.7	TUBO DE ESGOTO, INCLUSIVE CONEXÕES Ø 100mm	m	70,00	41,80	50,16	3.511,20	89714
12.8	TUBO DE ESGOTO, INCLUSIVE CONEXÕES Ø 50mm	m	6,00	22,11	26,53	159,19	89712
12.9	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO, COM GRELHA 150x150x50mm	un	2,00	21,62	25,94	51,89	89707

12.10	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 80x80x90cm	un	3,00	343,72	412,46	1.237,39	72289
12.11	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS	un	1,00	600,39	720,47	720,47	88504
12.12	VASO SANITÁRIO COMPLETO, INCLUSIVE TAMPA	un	3,00	176,41	211,69	635,08	95470
12.13	VÁLVULA DE DESCARGA	un	3,00	212,57	255,08	765,25	40729
12.14	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA S/ COLUNA	un	3,00	107,13	128,56	385,67	86904
12.15	TORNEIRA CROMADA PARA LAVATÓRIO	un	3,00	35,42	42,50	127,51	86906
12.16	REGISTRO DE PRESSÃO EM LATÃO FUNDIDO CROMADO COM CANOPLA, DN = 1.1/2" - LINHA ESPECIAL	un	2,00	138,02	165,62	331,25	94794
13	SERVIÇOS COMPLEMENTARES					11.234,33	
13.1	GRELHA DE ALUMINIO 100x20mm COM TUBULAÇÃO E CAIXA DE PASSAGEM Ø 100mm	m	2,00	135,19	162,23	324,46	83624
13.2	PORTAO DE FERRO EM CHAPA GALVANIZADA PLANA 14 GSG, INCLUSO PINTURA	m2	2,20	195,82	234,98	516,96	68054
13.3	GRADE DE FERRO EM BARRA CHATA 3/16", INCLUSO PORTÕES, CONFORME PROJETO BÁSICO, INCLUSO PINTURA	m2	34,10	245,87	295,04	10.061,00	73932/001
13.4	BALCÃO / PEITORIL EM MARMORE, LARGURA DE 25CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA MEDIA), PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA	m	2,10	131,71	158,05	331,91	84089
14	SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO COMPLETO, CONFORME PROJETO TÉCNICO APROVADO PELOS BOMBEIROS - INCLUSO INSUMOS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA					55.817,88	
14.1	TUBO DE AÇO GALVANIZADO SEM COSTURA, CONEXÃO SOLDADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE, INCLUSO ACESSÓRIOS E PINTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	84,00	76,10	91,32	7.670,88	92362
14.2	COTOVELO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2), INCLUSO ACESSÓRIOS E PINTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	20,00	67,69	81,23	1.624,56	94473
14.3	TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2), INCLUSO ACESSÓRIOS E PINTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	5,00	92,80	111,36	556,80	94478
14.4	NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	14,00	55,19	66,23	927,19	92346
14.5	LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 20 (3/4"), INCLUSO ACESSÓRIOS E PINTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	1,00	15,70	18,84	18,84	92695





14.6	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 20 (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	8,00	22,83	27,40	219,17	92688
14.7	LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	12,00	47,06	56,47	677,66	94467
14.8	LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 3" X 2.1/2", CONEXÃO ROSQUEADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1,00	83,86	100,63	100,63	92913
14.9	ABRIGO PARA HIDRANTE, 75X45X17CM, COM REGISTRO GLOBO ANGULAR 45º 2.1/2", ADAPTADOR STORZ 2.1/2", MANGUEIRA DE INCÊNDIO 30M, REDUÇÃO 2.1/2X1.1/2", ESGUICHO EM LATÃO 1.1/2", ACESSÓRIOS, VISOR ACRÍLICO E PINTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3,00	790,05	948,06	2.844,18	96765
14.10	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	4,00	226,33	271,60	1.086,38	94499
14.11	VALVULA RETENCAO VERTICAL BRONZE (PN-16) 2.1/2" 200PSI, HORIZONTAL COM PORTINHOLA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un	4,00	170,72	204,86	819,46	74091/001
14.12	Reservatório Caixa D' Água 10 mil lts aço (cilindrico) com escada eXterna e interna e guarda corpo externo.	un	1,00	8433,00	10119,60	10.119,60	COTAÇÃO
14.13	Central Alarme 24 Laços 24 Volts convencional	un	1,00	635,00	762,00	762,00	COTAÇÃO
14.14	Bateria 12 Volts 7 amperes	un	2,00	136,67	164,00	328,01	COTAÇÃO
14.15	Botoeira Acionador Bomba tipo quebra vidro e botão liga desliga	un	3,00	47,33	56,80	170,39	COTAÇÃO
14.16	Botoeira Acionador Alarme tipo quebra vidro convencional	un	8,00	47,33	56,80	454,37	COTAÇÃO
14.17	Sirene Bitonal 24 Volts 110 dec	un	7,00	32,33	38,80	271,57	COTAÇÃO
14.18	Detector de Fumaça 24 Volts Pontual	un	7,00	125,67	150,80	1.055,63	COTAÇÃO
14.19	Luminária de Emergência tipo bloco autonomo e 30 led	un	10,00	38,00	45,60	456,00	COTAÇÃO
14.20	PONTO DE TOMADA INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO.	un	10,00	126,62	151,94	1.519,44	93141
14.21	QUADRO DE SOBREPOR DE PVC E DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	un	1,00	100,58	120,70	120,70	74130/005
14.22	CHAVE GUARDA MOTOR TRIFISICA 10CV/220V C/ CHAVE MAGNETICA COM BOTÃO LIGA/DESLIGA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un	1,00	410,63	492,76	492,76	83492
14.23	Bomba Incêndio 7,5 cv trifasica com recalque de 2.1/2"	un	1,00	4320,00	5184,00	5.184,00	COTAÇÃO

14.24	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, INCLUSO ACESSÓRIOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	46,00	20,71	24,85	1.143,19	95777
14.25	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PPR DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA FLEXÍVEL 18 MM, FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE	un	45,00	21,96	26,35	1.185,84	91182
14.26	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	2900,00	1,61	1,93	5.602,80	91924
14.27	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	200,00	3,95	4,74	948,00	91929
14.28	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	12,00	16,95	20,34	244,08	89356
14.29	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	6,00	6,82	8,18	49,10	89362
14.30	LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	4,00	2,93	3,52	14,06	89534
14.31	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un	4,00	4,56	5,47	21,89	94656
14.32	TORNEIRA DE BÓIA REAL, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDA E INSTALADA EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA.	un	1,00	58,68	70,42	70,42	94796
14.33	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA.	un	2,00	32,52	39,02	78,05	89353
14.34	EXTINTOR INCENDIO AGUA-PRESSURIZADA 10L INCL SUPORTE PAREDE CARGA COMPLETA - FORNECIMENTO E COLOCACAO	un	3,00	109,61	131,53	394,60	73775/002
14.35	EXTINTOR INCENDIO TP PO QUIMICO 4KG COM ACESSÓRIOS E CARGA COMPLETA - FORNECIMENTO E COLOCACAO	un	2,00	106,59	127,91	255,82	73775/001
14.36	Extintor Pó Químico Seco 4 Kg ABC	un	4,00	151,67	182,00	728,02	COTAÇÃO
14.37	Placa Rota Fuga Direta	un	11,00	9,67	11,60	127,64	COTAÇÃO
14.38	Placa Rota Fuga Esquerda	un	11,00	9,67	11,60	127,64	COTAÇÃO
14.39	Placa Saída	un	5,00	9,67	11,60	58,02	COTAÇÃO
14.40	Placa Saída Emergência	un	4,00	9,67	11,60	46,42	COTAÇÃO
14.41	Placa Central Alarme	un	1,00	9,67	11,60	11,60	COTAÇÃO



14.42	Placa Água Pressurizada	un	3,00	9,67	11,60	34,81	COTAÇÃO
14.43	Placa Pó Químico Seco BC	un	2,00	9,67	11,60	23,21	COTAÇÃO
14.44	Placa Pó Químico Seco ABC	un	4,00	9,67	11,60	46,42	COTAÇÃO
14.45	Placa Hidrante	un	3,00	9,67	11,60	34,81	COTAÇÃO
14.46	Placa Botoeira Alarme	un	3,00	9,67	11,60	34,81	COTAÇÃO
14.47	Placa Botoeira de Bomba	un	3,00	9,67	11,60	34,81	COTAÇÃO
14.48	Placa Escada Descendo Esquerda	un	1,00	9,67	11,60	11,60	COTAÇÃO
14.49	Placa M1	un	1,00	25,00	30,00	30,00	COTAÇÃO
14.50	Serviço de Mão de obra para instalações elétricas dos equipamentos do sistema de alarme e incêndio.	vb	1,00	5816,67	6980,00	6.980,00	COTAÇÃO
15	LIMPEZA					493,83	
15.1	LIMPEZA GERAL DA EDIFICAÇÃO - FINAL DE OBRA	m2	166,61	2,47	2,96	493,83	9537

Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, 01 de Fevereiro de 2018.

ELIANA MARIA RORATO MANSO
Prefeita Municipal

RAPHAEL AUGUSTO NARDO
Engenheiro Civil



Cidade Esmeralda
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
 ESTADO DE SÃO PAULO
 CNPJ: 46.211.702/0001-15

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAUDE
LOCAL: RUA ANTONIO DA PALMA X CEL. PAULO FARES, S/N
MUNICIPIO: RIBEIRÃO DO SUL -SP
AREA À AMPLIAR : 166,61 m2

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CÓD. ATIVID.	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	VALOR TOTAL R\$	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
	VALOR TOTAL	257.393,46										
1	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS	5.806,67	100%	5.806,67		-		-		-		-
2	INFRAESTRUTURA	33.953,66	100%	33.953,66		-		-		-		-
3	SUPERESTRUTURA / REFORÇO	25.815,46	40%	10.326,19	60%	15.489,28		-		-		-
4	ALVENARIA	8.180,72		-	100%	8.180,72		-		-		-
5	ESQUADRIAS DE MADEIRA	4.175,34		-		-		-	100%	4.175,34		-
6	ESQUADRIAS DE VIDRO TEMPERADO	5.539,60		-		-		-		-	100%	5.539,60
7	COBERTURA E PROTEÇÕES	37.772,05		-	80%	30.217,64	20%	7.554,41		-		-
8	REVESTIMENTO DE PAREDE	14.925,60		-		-	100%	14.925,60		-		-
9	PINTURAS - PAREDES INTERNAS, EXTERNAS E FORRO	12.834,05		-		-		-	60%	7.700,43	40%	5.133,62



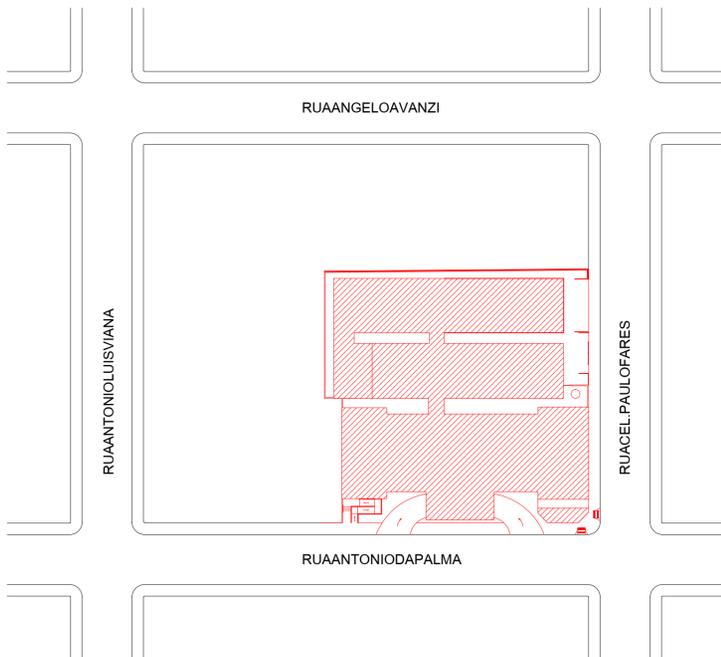


10	PAVIMENTAÇÃO	22.531,44	-	-	100%	22.531,44	-	-				
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICA, APARELHOS ELÉTRICOS E TELEFÔNICOS	8.713,81	-	-	90%	7.842,43	10%	871,38				
12	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	9.599,02	-	-	90%	8.639,11	10%	959,90				
13	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	11.234,33	-	-	100%	11.234,33	-	-				
14	SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO COMPLETO, CONFORME PROJETO TÉCNICO APROVADO PELOS BOMBEIROS	55.817,88	-	-	50%	27.908,94	50%	27.908,94				
15	LIMPEZA	493,83	-	-	100%	493,83	-	-				
TOTAL DO MÊS			19,46%	50.086,52	20,94%	53.887,64	20,84%	53.650,56	22,87%	58.861,47	15,89%	40.907,27
TOTAL GERAL ACUMULADO			19,46%	50.086,52	40,40%	103.974,16	61,24%	57.624,72	84,11%	16.486,19	100,00%	257.393,46

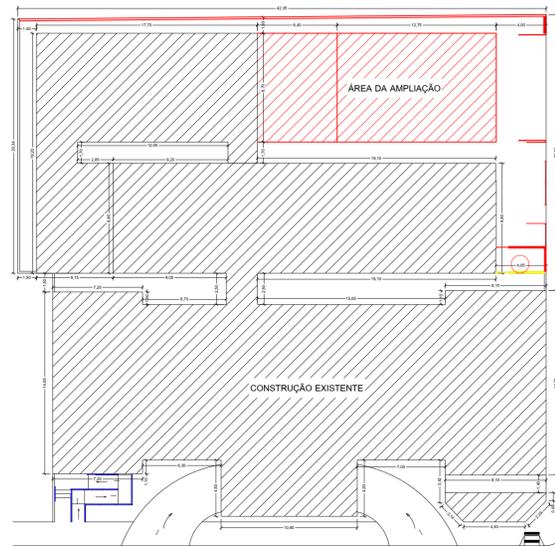
Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, 01 de fevereiro de 2018.

ELIANA MARIA RORATO MANSO
 Prefeita Municipal

RAPHAEL AUGUSTO NARDO
 Engenheiro Civil
 CREA-SP 5063680850



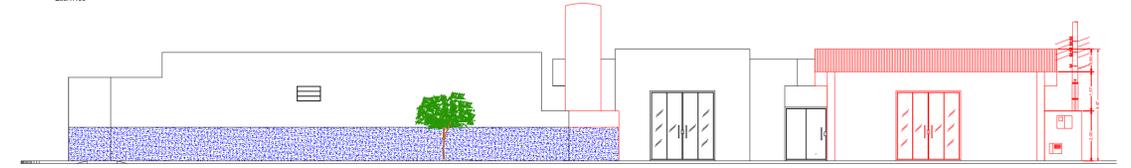
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESCALA



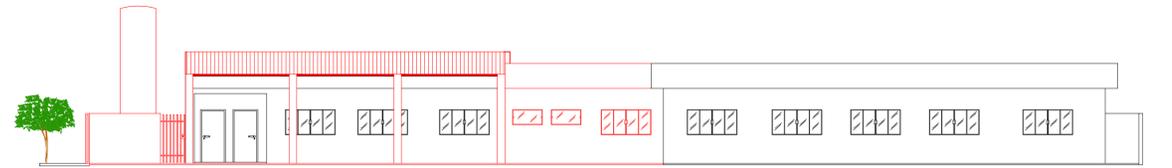
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
Esc: 1:200



FACHADA FRONTAL
Esc: 1:100



FACHADA LATERAL
Esc: 1:100



ELEVÇÃO - 01
Esc: 1:100

ESQUADRIAS

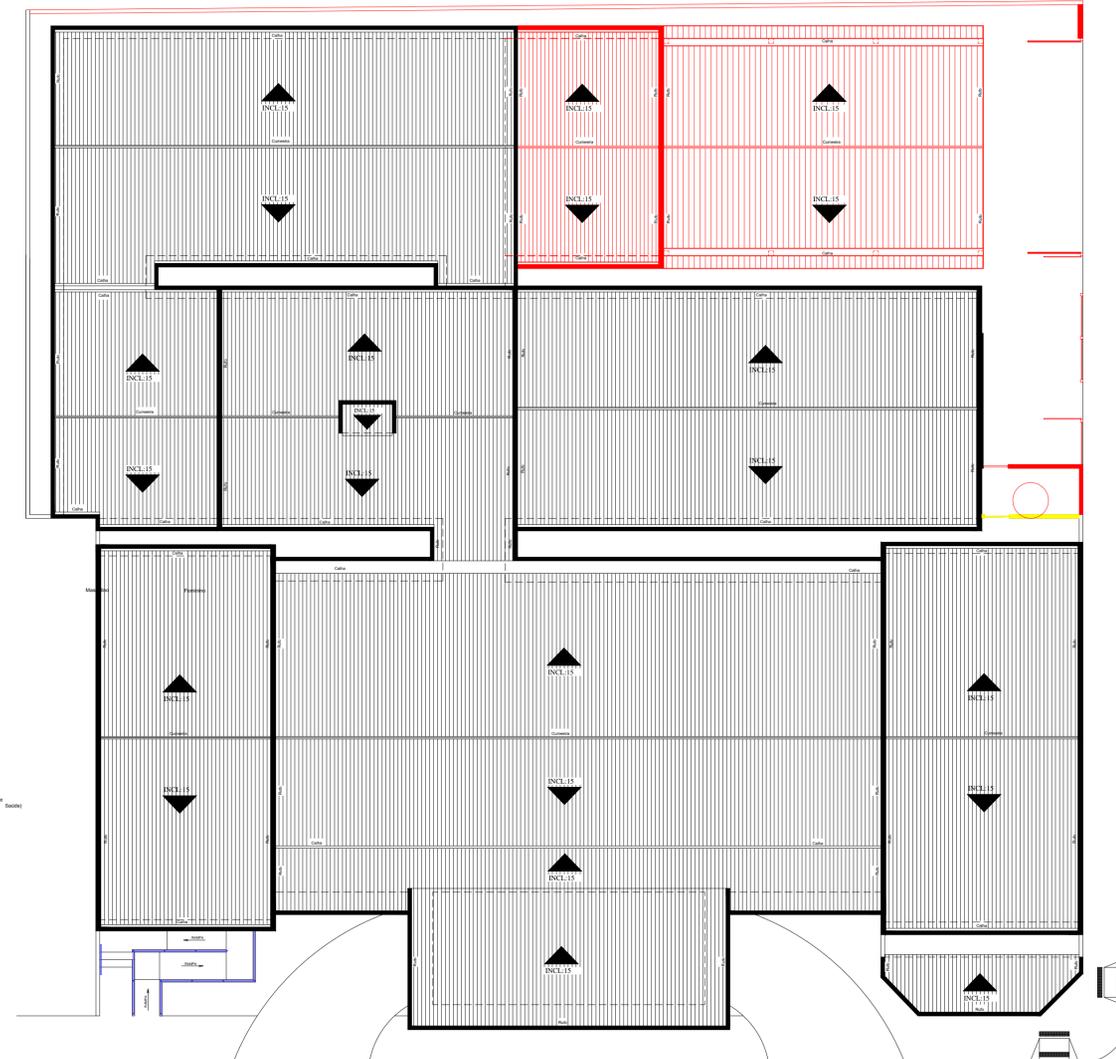
PORTAS					
PORTA	LARGURA	ALTURA	MATERIAL	TIPO	QTD

JANELAS						
JANELA	LARGURA	ALTURA	PETIÇÃO	MATERIAL	TIPO	QTD

NOTA:
O PROJETO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A NBR 9.050

LEGENDA

- A CONSTRUIR OU REFORMAR
- A DEMOLIR
- EXISTENTES



PLANTA DE COBERTURA
Esc: 1:100

PROJETO COMPLETO

12

AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO CENTRO DE SAÚDE
DE RIBEIRÃO DO SUL-SP

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
LOCAL: RUA ANTONIO DAPALMA, RUA CEL. PAULO FARES, S/N
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO DO SUL - SP
CORRIDA: RIBEIRÃO - SP

Escalado: 1/500

A aprovação do presente projeto pelo Executivo Municipal
não implica no reconhecimento da propriedade do imóvel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
ELIANA MARIA ROBERTO MARDO
Prefeita Municipal

ÁREAS:

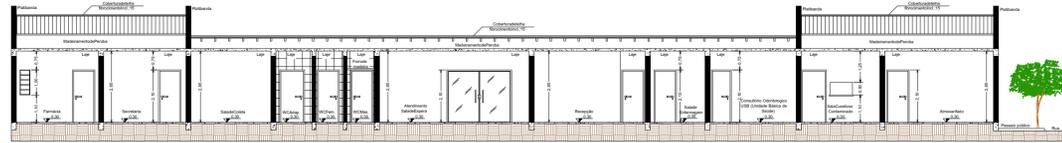
ÁREA DO TERRENO: 1.654,62 m²
ÁREA EXISTENTE: 1.085,62 m²
ÁREA A AMPLIAR: 160,01 m²
ÁREA TOTAL: 1.245,23 m²
LIVRE: 402,29 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Rafael Augusto Nardo
Engenheiro Civil
CREA-SP 5043480850

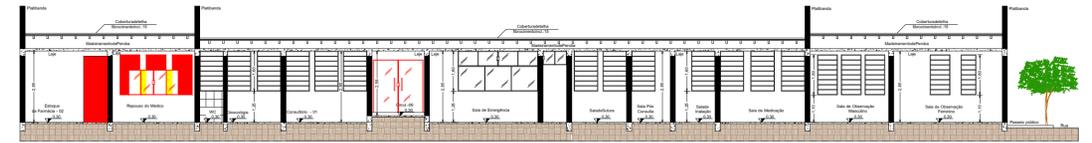


PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
RUA DO COMÉRCIO, 111 - FONE: (13) 3371-1111 - FAX: (13) 3371-1111 - CEP: 13.200-000
RIBEIRÃO DO SUL - SP

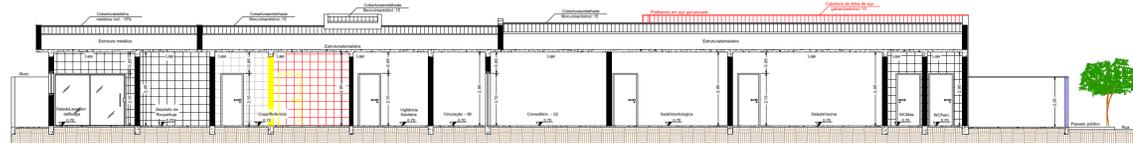
PROJETO DE ARQUITETURA
PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
PROJETO DE INSTALAÇÕES PNEUMÁTICAS
PROJETO DE INSTALAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO



CORTE-AA
Esc. 1:100



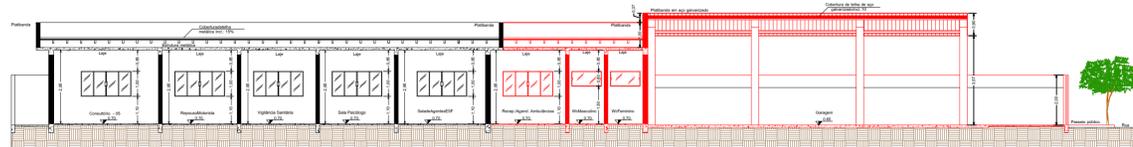
CORTE-BB
Esc. 1:100



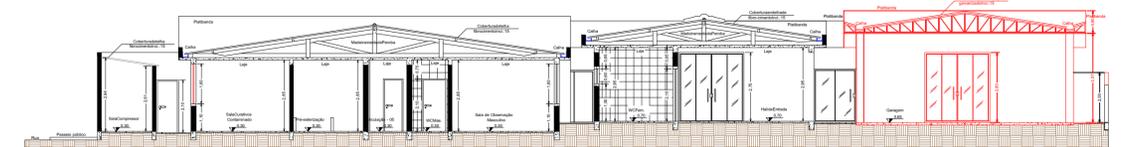
CORTE-CC
Esc. 1:100



CORTE-DD
Esc. 1:100



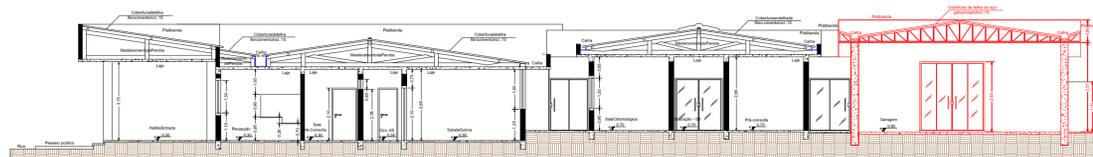
CORTE-EE
Esc. 1:100



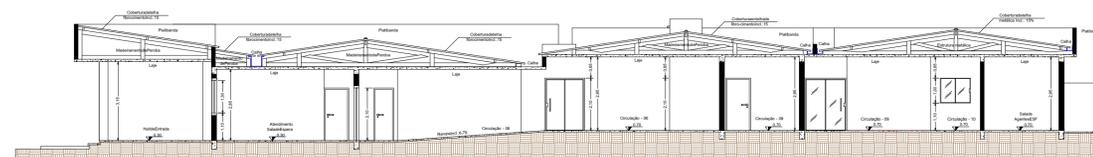
CORTE-FF
Esc. 1:100

NOTA:
O PROJETO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A NBR 9.050

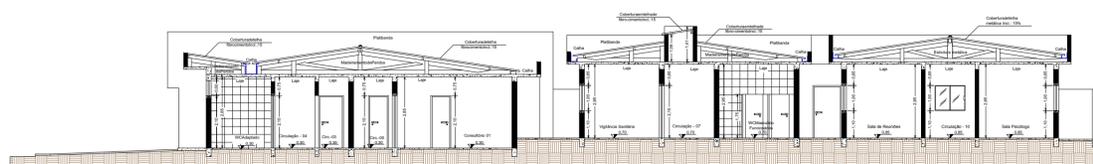
- LEGENDA
- A CONSTRUIR OU REFORMAR
 - A DEMOLIR
 - EXISTENTES



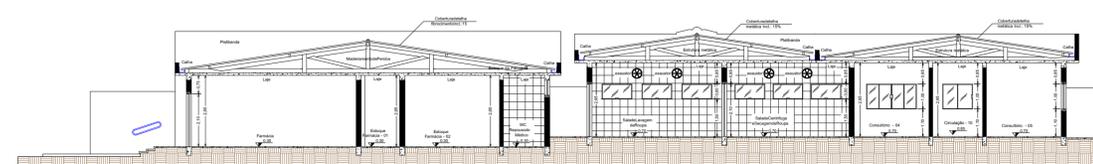
CORTE-GG
Esc. 1:100



CORTE-HH
Esc. 1:100



CORTE-II
Esc. 1:100



CORTE-JJ
Esc. 1:100

PROJETO COMPLETO

22

AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO CENTRO DE SAÚDE
DE RIBEIRÃO DO SUL-SP

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
LOCAL: QUANTO DO PAMPA MARUCEL PAULO FARES S/N
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO DO SUL - SP
COMARCA: GUARANIQUÊ - SP

Escalado em metros

A aprovação do presente projeto pelo Executivo Municipal
não implica no reconhecimento da propriedade do imóvel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
ELIANA MARIA ROBERTO MARO
Prefeita Municipal

ÁREAS:

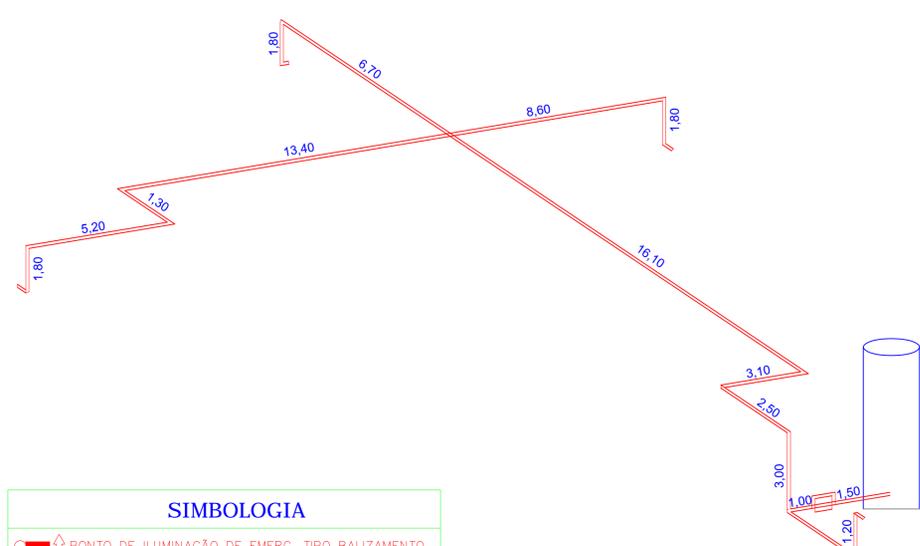
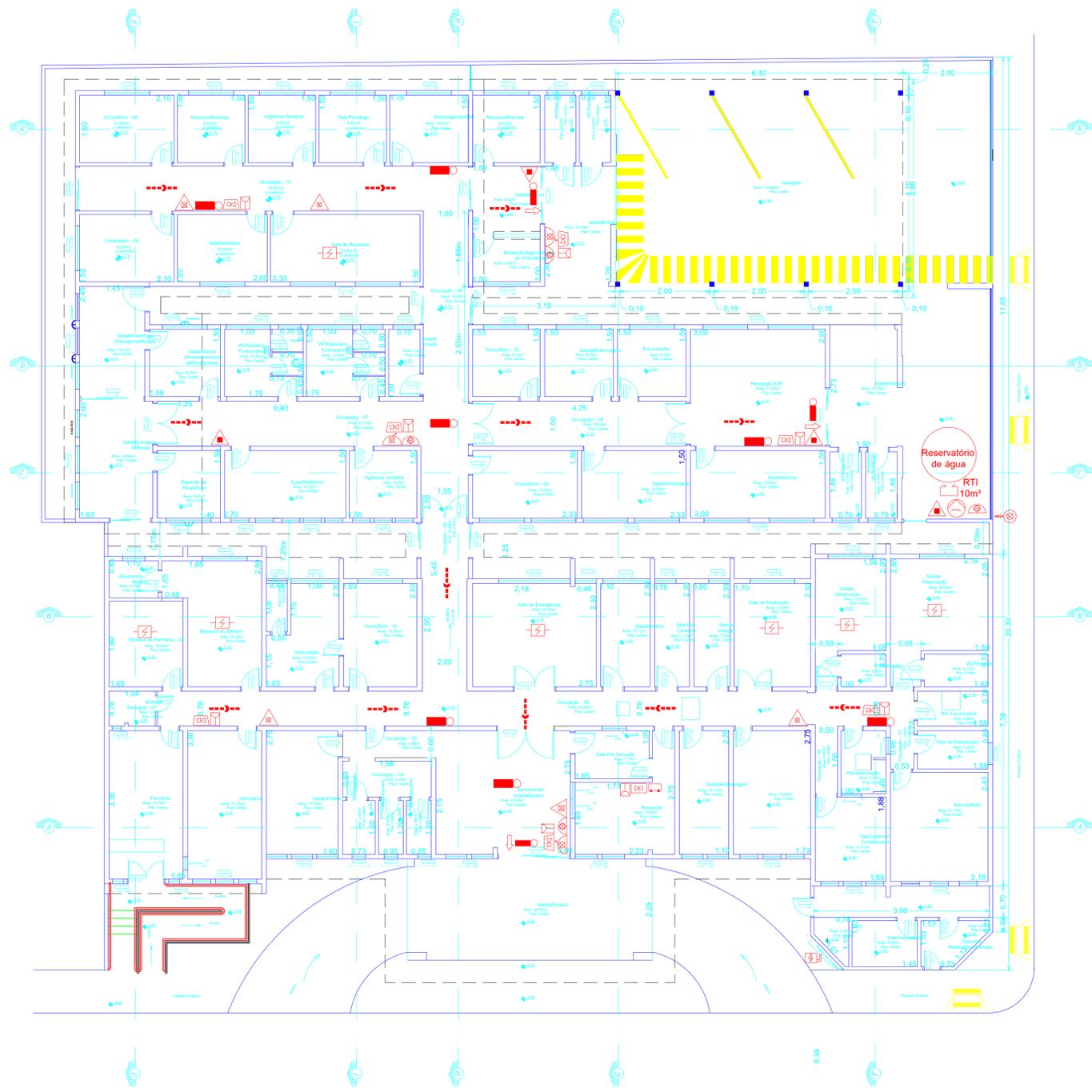
ÁREA DO TERRENO: 1.654,52 m²
ÁREA EXISTENTE: 1.085,62 m²
ÁREA A AMPLIAR: 196,61 m²
ÁREA TOTAL: 1.282,23 m²
LIVRE: 402,29 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO
RAFAEL AUGUSTO MARO
Engenheiro Civil
CREA-SP 506368085



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL
CNPJ 46.111.740/0001-00 - RUA DO PRAÇA Nº 200 - CENTRO - RIBEIRÃO DO SUL - SP - CEP: 14.830-000
Telefone: (13) 3391-1400 - 3391-1400 FAX: (13) 3391-1191
E-mail: prefeitura@ribeirosul.sp.gov.br

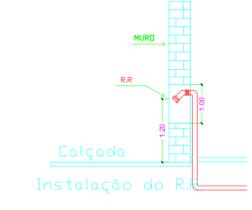
ÁREA: CENTRO DE SAÚDE
PROJETO: AMPLIAÇÃO
DATA: 17/08/2023
MUNICÍPIO: RIBEIRÃO DO SUL



SIMBOLOGIA

	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERG. TIPO BALIZAMENTO
	EXTINTOR DE PÓ ABC CAP. 2-A-20-B-C
	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO SECO CAP. 20-B-C
	EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA CAP. 2-A
	ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE ALARME
	CENTRAL DO SISTEMA DE ALARME
	BATERIA DO SISTEMA DE ALARME
	ACIONADOR DE BOMBA DE INCÊNDIO
	HIDRANTE SIMPLES
	AVISADOR SONORO TIPO CIRENE

NOTA:
 O dispositivo de instalação deve ser instalado na parede principal do edifício, no no mais do chão com 2 m de altura e a distância mínima para o teto e para o piso em qualquer caso deve ser de 0,50 m e 1,50 m, respectivamente.
 O dispositivo de instalação deve ser instalado dentro de um nicho embutido na parede.
 Para o proteção de atos de vandalismo, a parte de vidro que esteja exposta deve ser substituída.





Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Administrativo nº. 055/2018
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO SUL E A EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO SUL**, Estado de São Paulo, com sede a Rua Coronel Paulo Fares, nº 329, nesta cidade de Ribeirão do Sul- SP, inscrito no CNPJ 46.211.702/0001-15, representado por sua Prefeita Municipal, senhora **ELIANA MARIA RORATO MANSO**, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na _____, n.º _____, _____ - _____, representada na forma de seu contrato social pelo (a) Sr.(a.) _____, RG n.º _____ e CPF n.º _____, residente e domiciliado a Rua _____ n.º _____ na cidade de _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, firmam, com fundamento nos Autos de Licitação Pública – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018, que fica fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrição, e no qual estão vinculadas as partes, o presente instrumento de Contrato Administrativo, mediante cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde. Conforme Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

1.2. Consideram-se partes integrantes deste contrato os seguintes documentos:

1.2.1. Edital de Licitação Retificado – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 e seus Anexos;

1.2.2. Proposta de Preços, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA;

1.2.3. Ata da sessão de Abertura de Envelopes e de Julgamento.

1.3. O objeto do presente contrato Poderá sofrer supressões ou acréscimos, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento, com base no parágrafo 1º, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

1.4. A execução dos serviços será pelo Regime de Execução Indireta por Empreitada por Preço Global.

2. DOS PRAZOS – VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO.



Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.

2.2. O PRAZO MÁXIMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS É DE 05 (CINCO) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO.

2.3. O prazo de conclusão dos serviços poderá ser prorrogado, por livre estipulação das partes contratantes, caso ocorra qualquer motivo de força maior, devidamente comprovado e justificado, mediante termo aditivo.

2.4. Após a conclusão dos serviços, estes serão submetidos a aprovação do responsável técnico da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul e do Agente Técnico do órgão Concedente dos Recursos Financeiros.

2.5 Se os serviços apresentarem defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial do mesmo à Contratada, para que proceda às correções no prazo de 15 (quinze) dias ou outro maior que a administração lhe impuser.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

➤ DA CONTRATANTE

3.1. Cumprir, por si e ou por seus prepostos, todas as cláusulas e condições previstas neste contrato, fornecendo todas as informações necessárias para a execução e entrega do serviço por parte da CONTRATADA.

3.2. Assegurar à CONTRATADA o recebimento do crédito decorrente do adimplemento de suas obrigações.

3.3. Expedir a Ordem de Serviço.

➤ DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA deverá cumprir o cronograma da execução dos serviços de acordo com as determinações da Prefeitura, devendo os mesmos serem concluídos no prazo máximo de 05 (cinco) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. Para que este prazo seja cumprido, a empresa contratada deverá disponibilizar o número de funcionários suficientes na obra, inclusive com turnos, mantendo o andamento dos serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, se necessário.

5.2. Para a execução das obras/serviços deverão ser observadas as disposições contidas na planilha orçamentária, no memorial descritivo e no projeto executivo, bem como as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas aplicáveis à espécie.

5.3. Serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA todas as despesas com mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e tudo o mais que necessário for para a completa e satisfatória execução do projeto executivo e das obras/serviços objetivados.

5.4. A CONTRATADA não poderá subcontratar a totalidade das obras/serviços objetivados neste contrato, sob pena de rescisão do respectivo instrumento contratual, além da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

5.4.1. A CONTRATADA poderá, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes específicas da obra, desde que previamente autorizadas pela Prefeitura, e desde que não alterem as cláusulas pactuadas.

5.4.2. No caso de subcontratação, a assinatura do contrato caberá somente à CONTRATADA, permanecendo esta com a responsabilidade direta e integral pela qualidade e execução dos serviços contratados, efetuando a coordenação e gerenciamento centralizado dos serviços.

5.4.3. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a Prefeitura e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Prefeitura e a(s) subcontratada(s), inclusive no que pertine a questões trabalhistas, tributárias, faturamentos, pagamento e quaisquer outras situações.

5.5. A CONTRATADA responderá civil e criminalmente pela qualidade e execução dos serviços que executar por si ou por seus prepostos, sendo ainda de sua responsabilidade:

1. Contratação de pessoal e de profissionais técnicos, bem como pelos encargos trabalhistas, tributários e previdenciários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;
2. Apresentar, juntamente com cada medição, como condição para liberação da mesma, e sempre que solicitado pela Prefeitura, todos os documentos referente à comprovação de registro dos seus empregados e comprovação de recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros solicitados;
3. Executar os serviços com a técnica adequada, de acordo com as especificações constantes do memorial descritivo, atendendo às necessidades e determinações da PREFEITURA e utilizando pessoal próprio devidamente habilitado;
4. Responsabilizar-se por qualquer erro ou serviço executado em desacordo com o projetado, com as normas técnicas, com a boa prática, com a boa técnica e qualidade, correndo por sua conta a demolição e reconstrução dos mesmos e, conseqüentemente, será responsável pelo pagamento dos danos e prejuízos que por si ou por seus prepostos vier a causar à Prefeitura Municipal e/ou a terceiros;
5. Manter sempre contato com o responsável técnico da Prefeitura, para eliminar quaisquer dúvidas ou alterações no transcurso da execução das obras/serviços;
6. Arcar com as despesas referentes a cópias e plotagens, devendo ser mantido obrigatoriamente na obra, no mínimo, um conjunto completo dos projetos, memoriais, cronogramas, planilhas orçamentárias e cópia do contrato;
7. Na ocorrência de irregularidades de qualquer natureza deverá comunicar por escrito e através do "Diário de Ocorrências", tão logo o fato seja percebido para que a fiscalização possa tomar as providências devidas;
8. Deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9. Deverá apresentar, sempre que solicitado, o cronograma físico das obras/serviços executados e em execução atualizado, bem como apresentar o "Diário de Ocorrências" quando solicitado, nele devendo ser anotados: as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos; as falhas nas obras/serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência; as consultas

- à fiscalização; a data de conclusão de cada etapa caracterizada, de acordo com a ordem de serviço expedida ou cronograma aprovado pela Prefeitura; os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos; as respostas às interpelações da fiscalização; a eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a execução das obras/serviços; outros fatos que a juízo da contratada, devam ser objeto de registro;
10. Responsabilizar-se com as despesas de alimentação, transporte e hospedagem de seus funcionários;
 11. Responsabilizar-se com as despesas de veículos, motoristas, combustíveis e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços;
 12. Utilizar os documentos e informações disponibilizadas pelo município exclusivamente para a realização dos serviços objeto deste contrato, guardando sigilo quanto às informações a que tiver acesso no exercício do trabalho;
 13. Cumprir o cronograma da obra, de acordo com as orientações da Prefeitura, e apresentá-lo devidamente atualizado sempre que solicitado;
 14. Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a realização dos serviços, zelando pelo controle, guarda e conservação dos mesmos;
 15. Fornecer uniformes e EPIs para seus funcionários, obrigando e fiscalizando o seu uso (Deverão ser fornecidos todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários);
 16. Fornecer e instalar em todas as etapas da obra os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como todos os demais dispositivos de segurança necessários;
 17. Manter a total e constante limpeza de todos os espaços e dependências da obra, sendo que o atendimento desta exigência será condição para a liberação das medições;
 18. Manter todas as condições relacionadas à higiene e saúde de seu pessoal, atendendo todas as normas relacionadas à segurança e medicina do trabalho;
 19. Substituir qualquer empregado ou preposto cuja permanência no local das obras seja considerada inconveniente pela Prefeitura;
 20. Apresentar, sempre que solicitado pela Prefeitura, ensaios de materiais, equipamentos e serviços executados, emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO, bem como acompanhamento tecnológico da obra, arcando com os respectivos custos. Os materiais a serem ensaiados deverão ser retirados no canteiro de obras pelo laboratório, não sendo aceitos ensaios realizados por ou a mando do fabricante dos materiais;
 21. Atender todas as normas ambientais aplicáveis;
 22. Deverá, de acordo com a legislação em vigor, inscrever a obra junto ao INSS e apresentar a CND e a baixa da matrícula da obra quando da conclusão da



- mesma;
23. Executar os serviços de forma que quando possível não interfira ou prejudique outras atividades, acessos, vias ou bens públicos ou particulares, tomando todas as medidas de segurança necessárias, inclusive com a sinalização da área;
 24. Arcar com as despesas relativas à segurança, proteção e vigilância das obras provisórias e definitivas, inclusive dos materiais, equipamentos, etc, até a entrega das casas aos mutuários;
 25. Providenciar todos os alvarás, outorgas e licenças, inclusive ambientais, que se fizerem necessárias para a execução da obra;
 26. Providenciar a implantação do canteiro de obras contendo escritório, almoxarifado, sanitários e demais dependências exigidas pela legislação trabalhista, atendendo todas as normas aplicáveis. Tal exigência deverá ser atendida independente de constar em planilha, devendo também a empresa contratada apresentar previamente o croqui do canteiro para aprovação junto à Prefeitura;
 27. Arcar com o pagamento de todas as taxas junto às entidades prestadoras e fornecedoras de serviços referentes ao consumo de água, esgoto, energia elétrica, gás, telefone e outras pertinentes e necessárias à realização das obras e serviços;
 28. Ao término da obra, caso seja solicitado pela fiscalização da Prefeitura, a contratada ficará obrigada a remover as instalações provisórias construídas pela mesma;
 29. Providenciar confecção e fixação de placa indicativa da obra, de acordo com o layout a ser fornecido pela Prefeitura, sendo que a mesma não poderá ser retirada sem a autorização expressa da Prefeitura, mesmo que a obra tenha sido encerrada, e devendo a empresa contratada mantê-la em perfeitas condições durante todo o período da obra;
 30. O profissional indicado para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional da empresa deverá ser um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, nos termos do artigo 30, parágrafo 10 da Lei Federal nº 8.666/93. O referido profissional deverá visitar a obra no mínimo uma vez por semana e manter contato com a fiscalização da Prefeitura em todas as visitas;
 31. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) da execução da obra;
 32. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) específica referente à fabricação e fornecimento da laje e demais pré-moldados quando existir;
 33. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) específica referente à fabricação, fornecimento e montagem da estrutura metálica da cobertura, quando existir;
 34. Apresentar A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) referente à segurança do trabalho;
 35. Apresentar o dimensionamento do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho);



Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

36. Apresentar o PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção elaborado para as obras e serviços;
37. Responsabilizar-se pela obtenção do “habite-se”, quando necessário.

5.6. A CONTRATADA se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, nas mesmas condições contratuais, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.7. O recebimento das obras/serviços objetivadas, não isentará a contratada das responsabilidades previstas no código civil brasileiro.

5.8. A empresa contratada garantirá as obras pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir da emissão do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra”, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro. Durante o prazo de garantia a empresa contratada ficará obrigada a reparar, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, as obras objeto desta avença, eventuais vícios que sejam apontados pela Prefeitura Municipal, que apresentem-se efetivamente como defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

5.9. Nenhum vínculo decorrerá entre os empregados da contratada e a Prefeitura.

5.10. A CONTRATADA é responsável pela indenização de quaisquer danos causados a seus empregados, aos cidadãos, ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.11. Não será permitido em nenhuma hipótese a presença de funcionários sem registro no canteiro de obras.

5.12. Os materiais a serem empregados na obra deverão atender todas as normas e padrões de qualidade exigidos pela Prefeitura Municipal e, caso algum material não possua a qualificação necessária, o mesmo deverá ser submetido a testes e/ou ensaios técnicos que comprovem sua qualidade, correndo esses custos por conta da empresa contratada.

5.13. Como condição para a realização da medição final, a empresa contratada deverá:

a) Efetuar a limpeza final de todo o empreendimento e a regularização de todos os terrenos, se necessário;

b) Apresentar comprovação de quitação das tarifas de água, energia elétrica e demais serviços públicos vinculados à obra, se necessário;

d) Apresentar declaração de quitação total do empreendimento, inclusive quanto a custos indiretos eventualmente não previstos na proposta de preço da contratada, liberando a Prefeitura Municipal de qualquer pagamento futuro referente à obra;

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, FORMA DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$_____ (_____).

4.2. Os pagamentos serão efetuados através de medições mensais, obedecido rigorosamente o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante, depois da aprovação pelo Departamento responsável da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul,



Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviço. Observada a liberação de Recursos Financeiros pelo Órgão Concedente após a devida prestação de contas de cada etapa.

4.3 – Não será efetuada nenhuma antecipação de pagamento de parte do preço contratado, seja a qualquer título.

4.4 – Ocorrendo atraso no pagamento consoante subitem anterior, os valores serão atualizados monetariamente nos termos da Lei em vigor.

4.5. A partir da segunda medição a empresa deverá apresentar quitação de débitos de todos os tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive as contribuições sociais e outras de natureza trabalhista.

CLAUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. A CONTRATADA deverá garantir pela qualidade da prestação dos serviços, decorrentes deste contrato na forma da legislação vigente aplicada a natureza desta prestação de serviços, sendo responsabilizada por qualquer prejuízo gerada a Contratante ou a terceiro.

5.2. A CONTRATADA deverá efetuar garantia correspondente à 5% (um por cento) do valor do contrato, correspondente a R\$ (.....) mediante uma das formas previstas abaixo:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; sendo que as garantias sob a forma de Título da Dívida Pública serão aceitas, desde que tenham sido emitidas sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos (Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93).

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária.

5.3. O valor da caução e o seu prazo de validade deverão estar permanentemente atualizados até a expedição do Termo de Recebimento dos serviços.

5.4. A caução de garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da proponente vencedora, após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, observado que em caso de rescisão do Contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvido o valor da CAUÇÃO DO CONTRATO, a menos que a rescisão ou paralisação decorra por culpa da Administração, nos termos da legislação vigente.

5.5. Na hipótese da caução de garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter a expressa renúncia aos benefícios referidos nos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 da Lei 10.406/2002 - CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

5.6. Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos Serviços, respeitado os limites previstos na Lei 8.666/93, a proponente vencedora deverá proceder ao reforço da caução inicial no mesmo percentual estabelecido no item 5.2.

5.7. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a Contratada reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Edital e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração os créditos da proponente vencedora, enquanto não efetivada tal garantia, o valor a ela correspondente.

5.8. A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela Contratada a partir da emissão da ordem de serviço até no máximo quando da liberação do pagamento da primeira medição, sob pena do não recebimento do valor dos serviços realizados e ter o contrato rescindido.

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O atraso injustificado para entrega do objeto licitado caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores às seguintes:

6.1.1. Multas por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da etapa em atraso.

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) aplicados sobre o valor da etapa, por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos nas alíneas “a” e “b” deste subitem;
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

6.2. O valor da multa atualizado deverá ser pago pela inadimplente na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a notificação para o pagamento, em caso de não pagamento a multa, aplicada, será descontada da garantia do contrato, se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

6.3. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados formalmente e enquadrados legalmente nestas situações.

6.4. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

CLAUSULA SÉTIMA- RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A rescisão contratual poderá ocorrer:

7.1.1. Por determinação unilateral da Prefeitura Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

7.1.2. Amigavelmente, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Prefeitura Municipal;

7.1.3. Por inexecução do contrato, com as consequências previstas em Lei e neste Edital.



Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

7.2. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela Contratada, a garantia não será devolvida e será apropriada pela contratante, sob título de "receita extraordinária".

7.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRANTE em caso de rescisão do presente instrumento, previsto no art. 77 desta Lei.

CLAUSULA OITAVA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto licitado correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente, a saber:

Conta 059. 02. Poder Executivo. 02.04. Fundo Municipal de Saúde 10.301.0000.0.000. Atenção Básica. 10.301.0005.0.000. Programa Saúde Para Todos. 10.301.0005.1.003. Requalificação de UBS - Ampliação. 4.4.90.51.00. Obras e Instalações.

Conta 073. 02. Poder Executivo. 02.04. Fundo Municipal de Saúde. 10.301.0000.0.000. Atenção Básica. 10.301.0005.0.000. Programa Saúde Para Todos. 10.301.0005.2.014. Manutenção do Centro de Saúde. 4.4.90.52.00. Equipamentos e Material Permanente.

CLAUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E VINCULAÇÃO AO EDITAL

9.1. Aplica-se ao presente instrumento, as disposições da Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislações correlatas pertinentes ao objeto contratual.

9.2. O presente instrumento contratual vincula-se ao EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA RETIFICADO da TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo, para dirimir as ações que se originarem em razão deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, mesmo que privilegiado e independente do domicílio das partes.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Ribeirão do Sul, ____ de _____ de 2018.

MUNICIPIO DE RIBEIRÃO DO SUL
Eliana Maria Rorato Manso
Prefeita Municipal
Contratante

CNPJ sob nº. _____

Contratada

Testemunhas:

Nome:

RG nº:

Nome:

RG nº:



Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Administrativo nº. 055/2018

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2018

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Global

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil para a execução de serviço de execução de obra de ampliação de 166,61 m² do Centro de Saúde.

ANEXO III DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGISTRO CADASTRAL JUNTO AO CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Cédula de Identidade dos sócios proprietários ou diretores.
- 1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- 1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. REGULARIDADE FISCAL

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios proprietários ou diretores e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.).
- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com objeto contratual.
- 2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas: a) Federal “Certidão Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa da Procuradoria da Fazenda Nacional”; b) Estadual; e, c) Municipal (mobiliária e imobiliária) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. Atestado emitido por órgão da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado, que comprove aptidão para atendimento compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 4.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo



Cidade Encanto

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO SUL

CNPJ: 46.211.702/0001-15

ESTADO DE SÃO PAULO

ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.2. Certidão negativa de falência ou concordada expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

OBS. Os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia (mediante qualquer processo) autenticada por tabelião de notas ou por funcionário da unidade promotora da presente licitação, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO DA LICITAÇÃO ATÉ O DIA 17/04/2018.

Ribeirão do Sul, 26 de março de 2018.

Eliana Maria Rorato Manso
Prefeita Municipal